Universidade Estadual Paulista

Campus de Marília

JÚLIA MARIA SIBIEN

MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR E DESEMPREGO: EXPECTATIVAS E DESAFIOS DOS TRABALHADORES NA REGIÃO DE CATANDUVA/SP

Marília

2014

JÚLIA MARIA SIBIEN

MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR E DESEMPREGO: EXPECTATIVAS E DESAFIOS DOS TRABALHADORES NA REGIÃO DE CATANDUVA/SP

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.
Área de Concentração: Sociologia Rural

Orientadora: Mirian Cláudia Lourenção Simonetti

Co-orientador: José Marangoni Camargo

MARÍLIA – SP
2014

Sibien, Júlia Maria.
S563m Mecanização do corte da cana-de-açúcar e desemprego: expectativas e desafios dos trabalhadores na região de Catanduva/SP / Júlia Maria Sibien. – Marília, 2014.
94 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.
Bibliografia: f. 88-91
Orientador: Miriam Cláudia Lourenção Simonetti.
Co-orientador: José Marangoni Camargo

1. Trabalhadores rurais – Condições sociais. 2. Álcool - Indústria – São Paulo (Estado). 3. Desemprego. 4. Mecanização agrícola. I. Título.

CDD 331.763

JÚLIA MARIA SIBIEN

MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR E DESEMPREGO: EXPECTATIVAS E DESAFIOS DOS TRABALHADORES NA REGIÃO DE CATANDUVA/SP

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.
Área de Concentração: Sociologia Rural

BANCA EXAMINADORA:

_____

Antonio Thomaz Junior

Professor Livre Docente – Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente

_____

Celia Aparecida Ferreira Tolentino

Professora Doutora - Universidade Estadual Paulista- Campus de Marília

_____

José Marangoni Camargo

Professor Doutor - Universidade Estadual Paulista- Campus de Marília

_____

Mirian Cláudia Lourenção Simonetti

Professora Doutora - Universidade Estadual Paulista- Campus de Marília

Marília, 07 de fevereiro de 2014

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por auxiliarem na minha formação por meio de muito esforço e dedicação.

Aos meus irmãos, pela participação, através de incentivos e auxílios, na minha formação acadêmica.

Ao Danilo, meu amado companheiro, pela paciência, apoio e fundamental compreensão.

A Mirian Claudia Lourenção Simonetti e ao José Marangoni Camargo, pela precisa orientação e grande amizade.

Aos trabalhadores entrevistados, pela total dedicação e simplicidade durante a pesquisa de campo.

À banca, pela atenta leitura e indispensáveis ponderações.

A todos os meus amigos, que de forma direta ou pela simples presença e amizade, contribuíram para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O setor sucroalcooleiro, tido como uma das mais importantes atividades econômicas do Estado de São Paulo, sempre englobou grande contingente de mão de obra para o trabalho nas lavouras, principalmente no que diz respeito ao corte da cana-de-açúcar. Trabalhadores oriundos de outros estados viajam para as regiões interioranas do Estado para trabalharem em usinas de cana-de-açúcar, deixando para trás seus lugares de origem. Porém, com o início da intensa mecanização da agricultura, devido à busca de maior lucro, dos protocolos ambientais e das denúncias de maus tratos no campo, muitos cortadores perderão seus postos de trabalho, substituídos por máquinas. Se, por um lado a mecanização diminui o impacto sobre o meio ambiente, por outro tem causado o desemprego estrutural. Esta pesquisa tem por objetivo analisar o que vem sendo feito para subsidiar este contingente de trabalhadores desempregados, o que eles pretendem fazer ao deixarem o corte da cana, e o mais importante, suas expectativas sociais e trabalhistas para enfrentar o desemprego causado pela mecanização do corte da cana-de-açúcar. Para tal, coletamos depoimentos junto aos trabalhadores, realizamos a revisão da literatura sobre o tema, bem como a análise de documentos, com o propósito de analisar a questão e alcançar o objetivo almejado.

Palavras-Chave: exploração do trabalho, modernização da agricultura, trabalhadores rurais, setor sucroalcooleiro, desemprego.

ABSTRACT:

The alcohol and sugar sector, considered one of the most important economic activities in the State of Sao Paulo, has always involved a large contingent of labor to work in the plantations, mainly related to the cutting of sugar cane. Individuals from other states travel to the interior regions of the State to work in plants cane sugar, leaving their regions of origin. But with the onset of increased mechanization of agriculture, due to environmental protocols and reports of maltreatment in the countryside, many cutters will lose their jobs, replaced by machines, on one hand do not harm the environment, but otherwise has caused structural unemployment. This research aims to analyze what is being done to support this number of unemployed workers, what they actually intend to do after they leave their jobs, and most importantly, social expectations and labor to tackle unemployment caused by such mechanization of cutting cane sugar. For this will be used individual interviews, through interviews with workers, the literature review on the topic, and documentary analysis, with the objective to analyze the problem and achieve the desired objective.

Keywords: labor exploitation, modernization of agriculture, rural workers, alcohol and sugar sector, unemployment.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Levantamento da cana-de-açúcar (em mil toneladas) nas principais áreas produtoras do Brasil – Safras 2011/2012 e 2012/2013 p. 16

Gráfico 2. Crescimento da produção em toneladas da cana-de-açúcar na região de Catanduva (1999-2009) p. 34

Gráfico 3: Produção de cana-de-açúcar em toneladas na região de Catanduva/SP (2008-2012) p. 36

Gráfico 4. Faixa etária dos trabalhadores entrevistados: p. 68

Gráfico 5. Período trabalhado na região de Catanduva/SP p. 72

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Caracterização do Território: Divisão, posição e extensão dos EDRs p. 20

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1. Região de Catanduva: Data de Criação dos Municípios p. 21

Tabela 2. Evolução da área com as principais culturas e pastagens na EDR de Catanduva – 1995-2008 (em ha) p. 23

Tabela 3. Tabela 3: Região de Catanduva: Taxas de População Urbana e Rural – 1940/2010 p.28

Tabela 4. Região de Catanduva: Evolução da População – 1940/2010 p 28

Tabela 5. Relação entre a quantidade de cana-de-açúcar cortada e o valor recebido – Catanduva/SP – 2008
p. 30

Tabela 6. Evolução da Produção e da Área para Corte de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo em toneladas e hectares – 1999/2009 p. 33

Tabela 7. Produção de cana-de-açúcar em toneladas na região de Catanduva/SP (2008 – 2012) p. 35

Tabela 8. Total colhido em hectares de cana-de-açúcar por municípios – região de Catanduva/SP – safra 2012 p. 38 e 39

Quadro 1. Sistema agrícola com insumos externos p. 55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDA	Associação Nacional para Difusão de Adubos
CAI	Complexo Agroindustrial Brasileiro
CANASAT	Mapeamento da Cana via Imagens de Satélites de Observação da Terra
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DIRAS	Divisões Regionais Agrícolas
EDR	Escritórios de Desenvolvimento Rural
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEARP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.
IAA	Instituto do Açúcar e do Álcool
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Economia Agrícola
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
PIB	Produto Interno Bruto
PROÁLCOOL	Programa Brasileiro de Álcool
PROCANA	Usinas de Açúcar e Álcool e Biodiesel
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UDOP	União dos Produtores de Bioenergia
ÚNICA	União da Indústria de Cana-de-Açúcar de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 12

1 O CONTEXTO DO TRABALHADOR DA CANA-DE-AÇÚCAR E A REGIÃO DE CATANDUVA/SP 19

1.1 Formações das Cidades e a Inserção das Usinas de Cana-De-Açúcar como Principal Atividade da Região 19

1.2 Dependências das Cidades em Relação às Usinas 26

1.3 A exploração do trabalho e as formas de pagamento 29

1.4 A importância da região de Catanduva no cenário do agronegócio moderno 33

1.5 O avanço da mecanização nos canaviais paulistas e na região de Catanduva/SP 37

1.6 A mecanização do carte de cana e as políticas de educação e de qualificação do trabalhador 39

2 MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO E OS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR 45

2.1 Contexto teórico 45

2.2 O surgimento da figura do trabalhador temporário/boia-fria/volante nos canaviais paulistas 49

2.3 Trabalhador Rural: Diferentes perspectivas na pesquisa social e ambiental 52

2.4 Trabalho, sindicalismo e hierarquias no setor sucroalcooleiro 58

2.5 Mudanças significativas na legislação do trabalhador do campo 61

2.6 Conquistas e desafios dos cortadores de cana-de-açúcar: trabalho, condições de vida e lazer 62

3 MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR E DESEMPREGO: EXPECTATIVAS E DESAFIOS DOS TRABALHADORES 67

3.1 Faixa etária dos trabalhadores inseridos no corte da cana-de-açúcar 67

3.2 Gênero: Perspectivas femininas 68

3.3 Outra realidade: migrantes na região de Catanduva/SP 70

3.4 Saúde física e mental do trabalhador 72

3.5 Desemprego estrutural: a substituição de seres humanos por máquinas 73

3.6 Políticas compensatórias para a classe trabalhadora 75

3.7 Expectativas trabalhistas: a total mecanização da colheita 78

3.8 Expectativas e desafios dos cortadores de cana-de-açúcar na região de Catanduva/SP 82

CONSIDERAÇÕES FINAIS 84

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA 88

ANEXOS 92

Anexo 1: Roteiro de entrevista direcionado aos cortadores de cana-de-açúcar da região de Catanduva/SP: 92

Anexo 2: Transcrição de notícia 93

APRESENTAÇÃO

A realização dessa pesquisa surgiu da indagação das condições de vida da minha família e a realidade que os cercava. Tanto assim, que a pesquisa da monografia procurou compreender a situação dos cortadores de cana-de-açúcar na região de Catanduva/SP (SIBIEN, 2010). Nessa pesquisa, verificamos as condições de vida dos cortadores de cana, ou seja, as condições em que viviam, como eram transportados, salário, alimentação, entre outros, estudo este incentivado por minha situação, enquanto filha de cortadores de cana-de-açúcar. Através da história oral junto a minha família, observei trabalhos desgastantes, infâncias perdidas, dificuldades devido ao baixo salário e, por fim, problemas físicos resultantes do esforço excessivo. Este primeiro trabalho teve como objetivo relatar as dificuldades vivenciadas por tais trabalhadores, enquanto o presente trabalho tem, como objetivo específico, dar voz a homens e mulheres que encontram-se inseridos em uma situação de desemprego estrutural devido à mecanização da colheita de cana-de-açúcar, com o objetivo de verificar suas expectativas e desafios e, sobretudo quais as inciativas do poder público para conter a pobreza destes indivíduos. A princípio, esta pesquisa destinava-se ao estudo de políticas públicas compensatórias que abrangessem este contingente de trabalhadores desempregados, porém, ao ir a campo, ficou evidente que tais políticas não estão sendo executadas na região de estudo, afinal quando há uma proposta de qualificação do trabalhador, os únicos beneficiados (uma minoria alarmante) são os moradores das cidades dormitórios, que já constituíram famílias nestes lugares. Portanto, o nosso objetivo específico tornou-se analisar o ponto de vista dos próprios trabalhadores, como eles analisam a intensa mecanização da colheita e o desemprego que se consolida. Além disso, buscamos apreender as suas expectativas quanto a um futuro próximo, relacionadas a trabalho, moradia e inserção social.

O setor sucroalcooleiro representa a mais importante atividade do agronegócio no Estado de São Paulo, além de ser o maior empregador na agricultura. A cana-de-açúcar ocupa, atualmente, cerca de cinco milhões de hectares distribuídos em todo o Estado, com destaque para o centro-norte (Ribeirão Preto, Franca e Barretos), as regiões de Campinas Bauru e Jaú e, mais recentemente, o oeste (Araçatuba e Presidente Prudente). Em 2011, a indústria sucroalcooleira paulista produziu 21 milhões de toneladas de açúcar e 11 milhões de metros cúbicos de etanol, que representam, respectivamente, 58% e 51% do total produzido no Brasil. Entre 2001 e 2011, a produção paulista de açúcar cresceu 121% e a de álcool 82%,

impulsionada pela elevação da cotação do açúcar no mercado internacional e pelo mercado estadual interno de biocombustíveis[1]. Na região de Catanduva, interior de São Paulo, esta cultura já atinge aproximadamente de 270 mil hectares, com uma produção de mais de 19 milhões de toneladas[2]. Ela gera em torno de 250 mil postos de trabalho, dos quais 170 mil apenas na colheita, sendo esta responsável por um grande contingente de trabalhadores temporários. Devido a esta grande expansão, tanto neste Estado quanto em outras partes do país, alguns problemas foram colocados em pauta por ambientalistas, representantes governamentais, pela sociedade e até mesmo pelos próprios usineiros, que há muito defendem a mecanização completa do corte da cana. Portanto, esta discussão ganha ênfase na última década com a expansão do Complexo Agroindustrial Brasileiro e quando os danos sociais e ambientais começam a ser percebidos e debatidos.

A preocupação dos ambientalistas é quanto à queima da cana, que afeta a camada de ozônio, polui as cidades do entorno, causando deficiência respiratória e outros problemas de saúde, provoca a restrição da utilidade do solo e ocupa grande parte do território agricultável, impedindo que outras culturas possam se desenvolver na região. Além dos problemas ambientais apresentados, alguns setores da sociedade defendem a mecanização devido às más condições de trabalho e vida dos cortadores, submetidos a jornadas exaustivas e danosas à saúde (NOVAES, ALVES, 2007; SCOPINHO, 2003; SILVA, 1998). Tal fato gerou muitas polêmicas ao tornar-se alvo da mídia nacional e internacional, preocupando os usineiros, que pretendem vender álcool no mercado internacional, pois com o avanço na produção de cana, açúcar e álcool (que pode vir a tornar-se uma nova *commodity* internacional do complexo), as empresas estão interessadas em demonstrar a realização de boas práticas sociais, ambientalistas e trabalhistas, já que estes fatores condicionam a exportação do produto. Por outro lado, a mecanização da colheita também aumenta a produtividade do setor, visto que uma única máquina pode substituir o trabalho de noventa trabalhadores. Embora o enfoque tratado pela mídia seja muito mais ambiental e social, os usineiros acabam sendo privilegiados com o intenso uso de máquinas na colheita no que diz respeito ao lucro conquistado com mais agilidade.

Tais mudanças na agricultura brasileira vêm ocorrendo desde a década de 1960, por meio da utilização significativa de insumos modernos e do estreitamento de vínculos com a indústria processadora. Já no início dos anos de 1970, quando o Agronegócio Sucroalcooleiro

[1] Mais informações em http://www.investe.sp.gov.br/setores/cana.
[2] Fonte: IEA/2013

passava por uma fase de expansão, os usineiros implementaram o corte de cana mecanizado, em decorrência da possibilidade de vir a faltar braços para a colheita da cana, pois este período foi marcado por um forte aumento dos empregos industriais e urbanos, já que a economia brasileira passava por uma fase expansiva chamada de *Milagre Econômico* (ALVES, 2008).

Ainda segundo Alves (2008), outro momento nitidamente marcado por um novo processo de mecanização dos canaviais empreendido pelo capital agroindustrial canavieiro ocorreu no fim da década de 1980, em resposta às greves dos cortadores iniciadas em Guariba com as quais eles obtiveram conquistas salariais e trabalhistas. Porém, como nos outros momentos, a mecanização não se efetivou completamente, até porque existem limitações topográficas e técnicas, mas seus movimentos deixaram claro duas questões essenciais: havia a necessidade de acabar com a queima da cana e isto geraria o desemprego de milhares de cortadores. A demissão massiva de cortadores de cana gerou certo sentimento de competição entre eles, uma vez que mostrando bons resultados garantiriam seus empregos - pelo menos era o que eles defendiam – e, consequentemente ganhariam mais, devido ao modo de pagamento por produção. Embora se tratasse de mais uma estratégia do capital em alcançar maior produtividade, o trabalhador se empenhou em demonstrar sua maior eficiência, sofrendo graves problemas de saúde, por meio de um esforço excessivo que o corpo não consegue suportar, sendo registradas diversas mortes no campo durante o turno.

Nessa perspectiva de mecanização Scopinho (1995) já esclarecia:

> Com a mecanização da colheita, o perfil ocupacional da atividade rural das usinas tende a modificar-se. A figura do feitor está sendo substituída pelos engenheiros agrônomos e mecânicos e por administradores que planejam e sincronizam os sistemas de transporte e de manutenção necessários para a operacionalização das máquinas. A antiga forma de administração agrícola, realizada por feitores, que consistia basicamente no controle e supervisão do trabalho das turmas está sendo transformada em administração essencialmente industrial. (SCOPINHO, 1995, p. 65).

Por outro lado, Thomaz Jr (2002, p.227) esclarece sobre esta relação entre o capital e o proletariado que trabalha até sua exaustão sem participar efetivamente do produto final do processo produtivo

> Se é possível entender que para o capitalista não importa quem são seus trabalhadores e que tipo de trabalho realizam, desde que seja possível, num primeiro momento, a extração de mais-valia e, num segundo, sua transubstanciação em lucro, é fato, também, que o processo de proletarização aliena completamente o trabalhador da necessidade ou não de produzir esse ou aquele tipo de produto, já que

> sua sobrevivência será mediada, no plano do mercado, pela via geral da circulação proveniente do salário.

Atualmente, a questão relacionada a mecanizar ou não o corte da cana volta a ganhar destaque, só que desta vez legalizada por protocolos ambientais, como é o caso do Protocolo de Kyoto, o qual defende que o álcool tem tido reconhecimento na comunidade internacional como uma das possíveis soluções, no que concerne ao uso da energia, para uso para os problemas ambientais. Destacando-se como um dos melhores candidatos a ser apoiado com políticas de financiamento, o governo Estadual estabeleceu, em 2002, prazos para a erradicação da queima da cana: 2021 para áreas mecanizáveis e 2031 para não mecanizáveis. Já em 2007, objetivando a proteção ambiental, a UNICA (União da Indústria da Cana-de-açúcar) e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo firmaram o Protocolo Ambiental que reduziu ainda mais os prazos para a eliminação da queima da cana, ou seja, 2014 para áreas mecanizáveis e 2017 para áreas não mecanizáveis. Todas as usinas que aderirem a este protocolo e cumprirem as regras exigidas pela lei garantirão o selo ambiental, que facilitará a comercialização do etanol no mercado internacional. Destacam-se outros benefícios acordados no protocolo tais como a proteção e recuperação das matas ciliares, o gerenciamento de resíduos e a racionalização do uso da água, embora este último fator seja o menos provável, já que pesquisas recentes revelam que para a produção de um litro de etanol são necessários trinta litros de água[3].

Diante desta problemática em torno da mecanização, faz-se necessário o uso de novas técnicas de trabalho, com implementação de novos insumos agrícolas e da maior especialização dos trabalhadores, a fim de que eles sejam capazes de operar máquinas cada vez mais complexas. Concomitantemente ao uso de novas técnicas de trabalho, o setor apresenta máquinas cada vez mais sofisticadas, como é o caso das colheitadeiras que substituem o trabalho manual na fase da colheita. Os números são responsáveis por mostrar esta busca por diferenciados instrumentos de trabalho. Atualmente, a cana movimenta cerca de US$ 9 bilhões no Brasil apenas em insumos agrícolas, correspondendo a 14% das vendas de fertilizantes agrícolas. Além disso, grandes empresas são contratadas para o fornecimento de equipamentos industriais e para prestação de serviços de montagem no interior das usinas que, em 2008, por meio da abertura de quatro usinas e vinte e cinco destilarias faturaram em

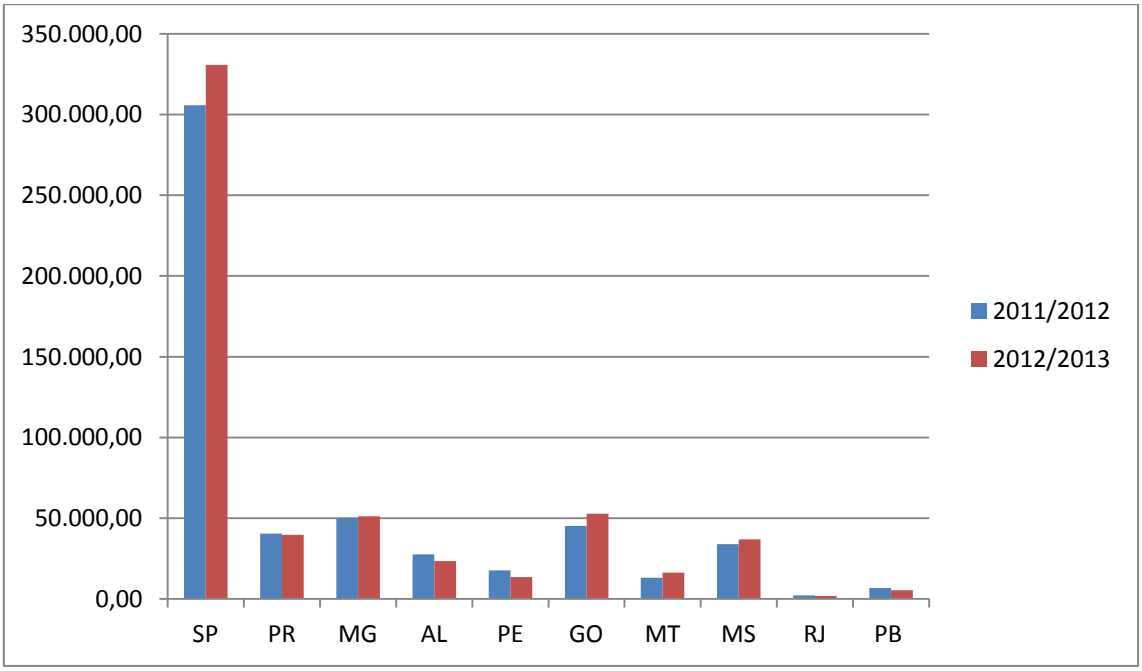
[3] Fonte: http://www.fecomercio.com.br/blog/2012/03/22/consumo-de-agua-nas-atividades-diarias/

torno de US$ 3,5 bilhões.[4] A este respeito Graziano da Silva (1996) já esclarecia sobre a industrialização da agricultura:

> A industrialização da agricultura representa não apenas mudanças nas relações do Homem com a Natureza, mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas e equipamentos, insumos e matérias-primas, etc.). a industrialização da agricultura implica a passagem de um sistema de produção artesanal a um sistema em base manufatureira (com máquinas e uma divisão capitalista do trabalho) e mesmo à grande indústria em alguns sub-setores das atividades agropecuárias no seu sentido restrito (plantio, tratos culturais, colheita, criação, etc.). (SILVA, 1996, p. 4).

Diante desse contexto, as usinas vão se instalando por várias regiões do país, aumentando a produção do açúcar e álcool. Tal crescimento e expansão da cana-de-açúcar podem ser analisados no gráfico 1, a seguir, que apresenta as regiões onde a cana mais se desenvolve.

Gráfico 1: Levantamento da cana-de-açúcar (em mil toneladas) nas Principais Áreas Produtoras do Brasil – Safras 2011/2012 e 2012/2013



Fonte: CONAB – Abril/2013[5].

Neste novo cenário, o mercado interno tem representado grande importância para o Complexo, principalmente com o crescimento das vendas de carros *Flex Fuel*, movidos tanto

[4] Fonte das informações: Canal Executivo: 18-11-2009. Disponível em <http://www2.uol.com.br/canalexecutivo/notas091/1811200912.htm>
[5] Visualizado em 22/07/2013.

à gasolina quanto a álcool. Já no plano externo, a consciência pela redução de gases poluidores resultantes do efeito estufa e do ritmo do aquecimento global, há o incentivo na utilização do etanol, para assim, reduzir a queima de combustíveis fósseis.

Embora as bases técnicas de produção tenham sido modificadas, a relação trabalhista dos cortadores de cana continua a mesma, ou seja, pagamento por produção, – o que incentiva os trabalhadores a cortarem cada vez mais cana, acarretando desgaste físico e doenças – contratos por tempo limitado, além de elevada informalidade, via terceirizações. Assim, é possível constatar que a mecanização, realmente, é necessária, visto que se torna essencial a eliminação deste tipo de trabalho, o qual remonta aos tempos coloniais. Mas, desde que haja políticas públicas compensatórias crescendo no mesmo ritmo que o da mecanização.

Portanto, se a mecanização torna-se essencial diante do contexto analisado, o que vem sendo feito pelo poder público (governos municipal, estadual e federal) no sentido de promover políticas públicas que abranjam parte significativa dos trabalhadores que ficarão desempregados também se torna de extrema importância. Caso contrário, a mecanização poderá agravar os problemas sociais que envolvem os cortadores de cana, assim como os problemas das cidades dormitórios pelo desemprego gerado.

Segundo Francisco Alves (2008, p.6):

> [...] defendemos a mecanização completa do corte da cana crua, sem queimar, porém, defendemos a mecanização numa perspectiva diferente da defendida pelos empresários. Na nossa perspectiva o ritmo da mecanização deve ser igual ao ritmo da adoção das políticas públicas compensatórias [...] enquanto as políticas públicas não se materializarem em ações, sejam implementadas, imediatamente, novas relações de trabalho, que tenham como eixo fundamental: o fim da terceirização; a adoção do controle da produção pelos trabalhadores, através da quadra fechada, e o fim do pagamento por produção.

Desta maneira, nos indagamos na pesquisa sobre como os cortadores de cana-de-açúcar veem as iniciativas dos governantes, usineiros, sociedade e sindicatos no que se refere às políticas públicas adotadas para a recolocação da mão de obra que ficará desempregada devido à mecanização. Ou seja, pretendemos entender o ponto de vista dos cortadores, suas expectativas em relação à mecanização do corte, tanto para os trabalhadores residentes quanto para os migrantes. Em nossa pesquisa constatamos que há uma discussão no âmbito das usinas sobre a qualificação do cortador, o qual aprende a operar máquinas para não perder o emprego com o fim do corte da cana manual. Entretanto, verificamos que apenas uma minoria desses trabalhadores será beneficiada com as propostas de qualificação.

Na região de Catanduva, a introdução da mecanização do corte de cana de açúcar se intensificou significativamente nos últimos anos. Portanto nossa pesquisa abrange mais o período entre 2010 a 2013.

O referencial da Sociologia do Trabalho e Rural será utilizado para construir o quadro conceitual de análise sobre o movimento de reestruturação da Agroindústria Sucroalcooleira e seus impactos para os trabalhadores, qual seja a precarização das relações e condições de trabalho (ALVES, 2007; SCOPINHO, 2003), com ênfase no papel do Estado e de outros agentes sociais no processo de avaliação das consequências sociais deste movimento.

Realizamos as entrevistas junto aos cortadores de cana-de-açúcar na região de Catanduva/SP, no período de maio e julho de 2012 a julho de 2013 e se basearam em um roteiro de entrevistas[6], com o objetivo de verificar as expectativas dos trabalhadores, quanto à sua condição. Neste contexto, foram entrevistados quarenta trabalhadores, entre eles três mulheres que expressaram suas angústias e esperanças de um futuro mais digno. Além disso, entrevistamos alguns políticos e membros da sociedade civil, sindicalistas e capitalistas do setor acerca do mesmo tema.

[6] Anexo 1: Página 95.

1 O CONTEXTO DO TRABALHADOR DA CANA-DE-AÇÚCAR E A REGIÃO DE CATANDUVA/SP

Neste capítulo centralizaremos nossa análise nas condições em que se encontram os cortadores de cana-de-açúcar na região de Catanduva, tais como salários e estratégias de trabalho, além de analisar a importância que a região exerce no agronegócio brasileiro. Além disso, destacaremos o avanço tecnológico e maquinário que está se inserindo nos canaviais, excluindo parcela significativa dos trabalhadores rurais.

1.1 Formações das Cidades e a Inserção das Usinas de Cana-De-Açúcar como Principal Atividade da Região

Por meio da análise da compreensão do espaço como um produto social e histórico, entendemos o recorte territorial como algo que necessita ser entendido e analisado como parte da totalidade – social, econômica, histórica e política – iniciamos uma discussão mais específica em torno da região em questão. Assim, compreender o espaço como produto social exige percebê-lo como consequência da sociedade de classes, ou seja, não igualitária. O mapa a seguir apresenta os Escritórios de Desenvolvimento Rural[7], os municípios estudados nesta análise pertencem à EDR de Catanduva, onde a cana-de-açúcar tem uma das maiores participações relativa do estado.

[7] Os escritórios de desenvolvimento rural foram criados pela Secretaria da Agricultura de São Paulo. O Estado de São Paulo possui 40 EDRs, os quais englobam as Casas de Agricultura municipais que estão presentes em todos os municípios do Estado.

Mapa 1: Caracterização do Território: Divisão, posição e extensão dos EDRs

Fonte: Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento; Fundação Seade.

A estruturação do urbano no Estado de São Paulo se desenvolveu a partir do complexo cafeeiro no século XIX. Segundo Bernardelli (2003) a região de Catanduva, localizada no Médio Planalto Ocidental Paulista, teve o processo de urbanização vinculado ao contexto de ocupação do chamado Oeste Pioneiro[8], embora a região tenha se integrado efetivamente à economia do Estado de São Paulo a partir da disseminação da cultura cafeeira, possibilitada pela extensão dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquara[9].

Ao todo são 18 municípios na região estudada, os quais mais da metade foram criados antes da crise de 1929, que coincidiu com a intensa expansão do café na mesma. Desta forma,

[8] Esta ocupação iniciou-se com a penetração de mineiros e a introdução da pecuária em municípios que estavam se se consolidando estruturalmente e enquanto uma economia de interesses.

[9] A estrada de Ferro Araraquara teve sua implantação iniciada no final do século XIX (1886), a partir do empreendimento de diversos fazendeiros que organizaram a Companhia. Seu primeiro segmento implantado constituía-se de 75 Km, interligando Araraquara e Ribeirãozinho (Taquaritinga), no primeiro ano do século XX. Em 1909, os trilhos estenderam-se até Santa Adélia e Fernando Prestes. Já em 1910, chegaram a Pindorama e Catanduva e, em 1912, atingiram São José do Rio Preto.

embora haja a questão política na decisão de criar estes municípios, é evidente a relação de interesses no âmbito econômico constituinte da relação entre a ocupação da região e expansão cafeeira. A tabela abaixo nos mostra quais são estes 18 municípios, assim como a data de sua criação e a área que abrangem:

Tabela 1: Região de Catanduva: Data de Criação dos Municípios

Municípios	Origem do Desmembramento[10]	Ano de Emancipação	Área Km²
Ariranha	Monte Alto	1918	133,5
Catanduva	S.J. Rio Preto	1917	293,0
Catiguá	Catanduva	1959	145,8
Elisiário	Catanduva	1993	93,0
Ibirá	S.J. Rio Preto	1921	271,3
Irapuã	Novo Horizonte	1944	258,1
Itajobi	Itápolis	1918	503,2
Marapoama	Itajobi	1993	113,6
Novais	Tabapuã	1993	117,3
Novo Horizonte	Itápolis	1916	935,3
Palmares Paulista	Ariranha	1959	82,5
Paraíso	Pirangi	1940	154,7
Pindorama	Santa Adélia	1925	185,0
Sales	Novo Horizonte	1959	309,5
Santa Adélia	Taquaritinga	1916	331,9
Tabapuã	Monte Alto	1919	346,6
Uchoa	S. J. Rio Preto	1925	252,9
Urupês	Itajobi	1928	325,7

Fontes: FIBGE, Listagem de cidades e vilas do Brasil, 1995; Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, São Paulo, 1957.

A produção canavieira se iniciou na região mais efetivamente na década de 1950, com a instalação de duas usinas e se consolidou com a produção na década de 1980 por meio do PROÁLCOOL. Ainda de acordo com Bernardelli (2003, p.6) são diversas as fases verificadas na região:

[10] Refere-se somente ao último município de que foi desmembrado.

> Nesse processo, os seguintes pontos devem ser destacados: a) surgimento e inserção das pequenas cidades, como resultado da expansão da lavoura cafeeira e da constituição da rede ferroviária; b) a posterior decadência da cultura cafeeira e da rede que escoava a produção, bem como a constituição de novas redes, como a rodoviária; c) a consolidação da rede urbana paulista e um movimento de nova inserção na economia nacional e internacional, com a industrialização efetivando-se no país; d) e, no caso específico da região abordada [CATANDUVA], a produção canavieira (iniciada de forma mais efetiva na década de 1950, com a abertura de duas empresas na área, e sua consolidação na década de 1980 (no contexto do PROÁLCOOL), que provocaram repercussões profundas e complexas nos papéis urbanos destas cidades.

O surgimento das primeiras usinas da região – São Domingos (1952) e Catanduva[11] (1953) – resultou da expansão da produção de açúcar para além das tradicionais áreas produtoras no Estado de São Paulo, uma vez que o IAA[12] (Instituto do Açúcar e do Álcool) liberou a produção de açúcar em nível nacional na safra de 1950/51. O principal motivo desta expansão na produção era tornar a agroindústria canavieira do país mais competitiva no mercado exportador.

Já em 1963, foram criadas duas novas unidades agroindustriais na região, a Cerradinho em Catanduva e a São José da Estiva em Novo Horizonte. Porém, ainda em 1970 a região era policultora, apresentando produtos como o milho, o arroz, a laranja e o café, além da cana-de-açúcar e do amendoim. Neste mesmo ano o café começou a perder sua hegemonia devido à expansão da lavoura canavieira, decorrendo a partir desse fato um amplo processo de transformações na agricultura da região.

Assim, diversas casas, colônias, antigas usinas e tudo o que compunha o cenário da produção cafeeira foram destruídas, dando lugar à expulsão do pequeno proprietário de suas terras, ao intenso êxodo rural, ao aumento das cidades – tanto populacional quanto estruturalmente – e ao intenso processo de industrialização do campo. Podemos analisar a insatisfação de muitas pessoas com a aceleração da cultura na região, pois a cana abrange um enorme contingente de terras, não dando lugar para outras culturas se desenvolverem. Graziano (1996, p.174) já descreve esta situação:

[11] Esta usina pertence atualmente ao município de Ariranha.
[12] Foi criado no início de 1933 pelo Decreto nº 22789, sendo regulamentado e modificado pelo decreto nº 22981 (25/07/1993). Entre os objetivos de sua criação estavam o planejamento e a evolução da agroindústria canavieira no país. (BERNARDELLI, 2004, p. 91).

> [...] também em inúmeros ramos que ainda são chamados de agropecuários – como aqueles ligados aos complexos agroindustriais – a elevação da escala mínima para *permanecer* na atividade obriga o pequeno produtor a empreender um tecnificação contínua, como se fosse uma corrida numa esteira rolante, na qual por mais que se esforce, continua sempre no mesmo lugar, ou então precisa correr muito para continuar no mesmo lugar.

O mesmo autor ainda acrescenta a respeito da futura mecanização da colheita:

> Em nossa opinião, as forças que controlam essa corrida – ou seja, a adoção das inovações tecnológicas – tenderão a acelerar sua velocidade de transformação nos próximos anos. Com isso, eliminarão parte significativa desses produtores hoje ditos tecnificados, marginalizando-os dos complexos agroindustriais. (idem, 1996, p. 174).

Devido a esta alta taxa de mecanização e às condições favoráveis de plantação, a cana-de-açúcar ganhou hegemonia sobre as demais culturas (tabela 2), tornando as usinas os indutores dos sistemas produtivos da região.

Tabela 2: Evolução da área com as principais culturas e pastagens na EDR de Catanduva – 1995-2008 (em ha)

Culturas	Ano							
	1995		2000		2005		2008	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
Algodão	230	0,1	130	0,1	85	0,1	-	-
Amendoim	1.621	0,4	815	0,2	6.585	1,7	5.691	1,5
Arroz	7.044	1,9	1.599	0,4	612	0,2	515	0,1
Café	1.285	0,3	753	0,2	1.286	0,3	552	0,1
Cana	108.880	29,5	126.523	35,0	189.470	49,4	247.987	65,9
Feijão	2.503	0,7	1.268	0,4	1.157	0,3	1.000	0,3
Laranja	68.473	18,6	50.562	14,0	29.650	7,7	20.973	5,6
Limão	7.696	2,1	12.507	3,4	11.620	3,0	12.529	3,3

Milho	15.655	4,2	12.010	3,3	11.080	2,9	10.030	2,7
Pastagem	150.514	40,8	150.779	41,7	124.660	32,5	72.285	19,2
Seringueira	2.521	0,7	2.809	0,8	2.861	0,8	3.248	0,9
Soja	1.735	0,5	996	0,3	3.402	0,9	900	0,2
Tomate	842	0,2	740	0,2	735	0,2	630	0,2
Total	368.999	100,0	361.491	100,0	383.203	100,0	376.340	100,0

Fonte: IEA/2009

Na Tabela 2 verificamos a vasta área ocupada com cana-de-açúcar na região. Essa produção cresceu de forma avassaladora, predominando como principal cultura do local estudado em detrimento das outras plantações, principalmente feijão, café e sobre a pecuária. Portanto, a economia dos pequenos municípios da região depende majoritariamente do setor canavieiro, seja por meio do crescimento econômico que estabelece com eles, seja dos milhares de postos de trabalho criados em todo o setor.

Esse processo foi incrementado, na década de 1980, através do Plano de Desenvolvimento do Oeste de São Paulo (PRO-OESTE)[13], operacionalizado pelo Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo (PROCANA), por meio do qual a produção e o consumo de carros movidos a álcool passaram a ter grande proporção na frota nacional, que a região em questão se consolidou efetivamente como importante núcleo canavieiro no Estado. Foi também por meio deste programa que uma quantidade expressiva de recursos foi concedida à região, resultando na implantação de duas novas destilarias autônomas: a Destil[14] (Destilaria Itajobi S. A.) em 1980 e a Santa Isabel Ltda no município de Novo Horizonte em 1981. E por fim, em 1985, instalou-se na região a empresa Antonio Ruette Agroindustrial Ltda no município de Paraíso, iniciando a produção de aguardente de cana em 1988.

Assim, juntamente com a produção da cana-de-açúcar vieram os empregos e os trabalhadores, uma vez que as usinas são as maiores fornecedoras de trabalho em toda a

[13] Na segunda etapa do PROALCOOL (1980/84) houve um redirecionamento da política com a produção de álcool hidratado como substituto efetivo da gasolina. O Estado de São Paulo recebeu os maiores recursos com o programa, havendo o estímulo para a territorialização do PROALCOOL no Oeste Paulista, na implementação das destilarias autônomas, estimulada pelo PRO-OESTE.

[14] Atualmente pertence ao município de Marapoama, antigo distrito de Itajobi.

região, e, lado a lado com os empregos, os problemas decorrentes da exploração dos trabalhadores, baixos salários, degradação do meio ambiente, aumento populacional das cidades, demanda por serviços públicos, dentre outras.

Diversos desses pequenos municípios tornaram-se local de concentração de expressivo contingente de força de trabalho utilizada na agricultura, ou seja, dos trabalhadores rurais. Isto resultou de um intenso processo de modernização da agricultura, uma vez que este setor ganhou destaque na economia nacional. (BERNARDELLI, 2003).

A atuação do Estado, portanto, teve um papel muito importante na estruturação da região de Catanduva, pois através dos investimentos potencializou a produção do espaço e permitiu a socialização dos equipamentos necessários à reprodução do capital. Também ocorreram investimentos em bens de consumo coletivos fundamentais à reprodução do trabalho, como por exemplo, a moradia, em várias cidades dormitórios da região[15], que engloba este novo contexto agroindustrial da região pautado na modernização da agricultura.

Assim, as cidades dormitórios representaram grande importância no contexto da economia sucroalcooleira, pois além de englobarem um contingente de novos indivíduos oriundos de outras regiões do país, estabeleceram relações com a crescente economia agrária, simbolizando para o Brasil uma estrutura diversificada dos tempos em que o café ainda predominava como principal produto. Em meio ao novo contexto brasileiro tais cidades hoje, embora de pequeno número habitacional, fazem parte do universo de transações – através das exportações, principalmente – que o país realiza como forma de crescer economicamente em relação a outros países do mundo. Como defende Bernardelli (2003, p.119):

> A cidade enquanto produto histórico e social, em sua dimensão espacial, revela permanências de outros tempos, compondo na paisagem urbana um mosaico de tempo-espaço, ou seja, expressa tempos e espaços múltiplos e, ao mesmo tempo, aponta para novas transformações decorrentes de sua (re)produção.

E continua:

> Destarte, é essencial entender que a realidade encontra-se em constante movimento e este não se faz de "forma linear e mecânica, mas de forma

[15] Cidade-dormitório é uma designação usada para se referir a aglomerados urbanos surgidos nos arredores de uma grande cidade tipicamente para servir de moradia a trabalhadores da cidade-núcleo da região. Geralmente, a divisão entre subúrbios e cidades-dormitórios é imprecisa, devido à conurbação das cidades. Cidades-dormitórios costumam estar ligadas por meios de transporte de massa aos locais de trabalho da maioria de seus residentes.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_dormit%C3%B3rio

> complexa e contraditória. O espaço, enquanto uma das dimensões da totalidade revela as transformações históricas e sociais que se operam e que adquirem expressão material. A leitura do espaço permite identificar as contradições que estão encobertas nas formas, ou seja, a relação forma-conteúdo do espaço permite seu entendimento dialético. (Idem, 2003, p. 119).

Portanto, ao discutirmos a questão do trabalho e dos mecanismos que permitem que ele se reproduza – como é o caso das usinas de cana-de-açúcar – é necessário estudar o espaço em que esta relação ocorre, como um meio de se localizar estruturalmente e num contexto específico.

1.2 Dependências das Cidades em Relação às Usinas

De forma conjunta a uma produção acelerada da cana-de-açúcar, resultante da intensa modernização do setor e, devido ao fato de a plantação de cana-de-açúcar ser a atividade que movimenta a economia das pequenas cidades na região estudada, há a inserção de uma forma de dependência entre elas que abrange todo o contexto histórico, político e social destes municípios. Já foi dito que seus moradores encontram trabalho nas usinas e, caso não houvesse estas usinas, muitos indivíduos ficariam desempregados por falta de oportunidades na região. Tal fato se justifica justamente pelo tamanho e pelas condições estruturais encontradas nelas. O comércio, por exemplo, ou até mesmo os trabalhos disponíveis pelas prefeituras não seriam suficientes para englobar esta gama de mão-de-obra que se faz presente cada vez mais de modo permanente.

É importante ressaltar que a agroindústria sucroalcooleira movimenta também financiamentos privados no interior dos municípios, como é o caso das moradias. Conforme aumenta a procura por cortadores de cana, gerando contratos de até dez meses de trabalho, aumenta na mesma proporção à procura por residências que possam ser alugadas por estes cortadores, visto que eles são na sua grande maioria oriundos de outros estados do Brasil. Embora as condições de moradia sejam precárias – pois uma única casa é quase sempre dividida por dezenas de homens – este fator movimenta a economia municipal, já que os locatários recebem os aluguéis e investem na economia local.

Portanto, como resultado de seu constante crescimento, o setor engloba outras atividades da cidade, como a formação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a maior movimentação no comércio destas pequenas cidades por meio de indivíduos oriundos de outras regiões, mas inseridos neste contexto social, além da implantação de políticas públicas

que sustentem a elevada procura por atendimentos públicos, como hospitais, escolas, prefeituras e até mesmo festividades proporcionadas pelos poder publico. Torna-se de extrema importância que os governantes garantam o atendimento gratuito e de qualidade nos aspectos citados, pois assim os municípios alcançam um desenvolvimento não apenas econômico, mas educacional e, sobretudo social ao garantirem que a saúde do trabalhador seja preservada, pois de acordo com Scopinho (2004, p.21):

> A política empresarial nessa área está voltada para o *marketing* social e para as práticas restringem-se, quando muito, ao cumprimento da legislação. A saúde do trabalhador ganha importância na medida em que a ocorrência de acidentes ou de doenças, além de representar uma diminuição da produtividade e custos adicionais de produção, pode também prejudicar a imagem da empresa no mercado. Ocorre que o cuidado com a saúde e com a segurança dos trabalhadores e a preservação ambiental constitui um dos requisitos básicos para a obtenção dos selos, das certificações e para a elaboração dos pactos sociais, hoje tão necessários para romper as medidas protecionistas e para facilitar a colocação dos produtos no mercado, principalmente o internacional.

Outro setor muito privilegiado com esta movimentação financeira decorrente da expansão do setor sucroalcooleiro e do mercado de trabalho na região é o comércio, uma vez que ganha novos compradores para seus produtos, tanto de necessidades basicas (alimentação, vestuário, etc.), quanto o que atende às necessidades de eletrodomésticos, eletroeletrônicos etc. Entretanto, muitas das cidades da região de Catanduva não atendem as exigências de seus novos compradores, pois devido ao tamanho das cidades e a menor procura por seu comércio os produtos tornam-se caros e as diferenças entre eles escassas, não havendo muita variedade nas formas e marcas destes. Uma saída viável para esta questão é procurar cidades maiores que ofereçam uma gama de variedades maior dos produtos e um preço menor, como por exemplo, o município de Catanduva, o qual acaba se beneficiando com a procura de mercadorias por moradores de cidades vizinhas.

Porém, o fator mais importante para estas pequenas cidades foi seu crescimento populacional, visto que as usinas da região atraíram trabalhadores o que incrementou o desenvolvimento da economia regional. As tabelas 04 e 05 nos mostram tal crescimento e evolução populacional na região de Catanduva.

Tabela 3: Região de Catanduva: Taxas de População Urbana e Rural– 1940/2010.

Período	População Urbana	%	População Rural	%	Total Nº Absoluto	%
1940	43168	23,98	136814	76,02	179982	100
1950	50120	29,67	119786	70,33	168906	100
1960	80619	44,03	102490	55,97	183109	100
1970	101193	57,54	74661	42,46	175854	100
1980	143485	68,83	56403	31,17	208472	100
1991	202666	84,86	36172	15,14	238838	100
2000	243949	91,36	23085	8,64	267034	100
2010	277731	94,66	15683	5,34	293414	100

Fonte: FIBGE Censos Demográficos (1940-2010)

Tabela 4: Região de Catanduva: Evolução da População – 1940/2010.

Período	Pop Urbana 1	Pop Urbana 2	Cresc. %	Pop Rural 1	Pop Rural 2	Cresc. %	Total 1	Total 2	Cresc. %
1940-1950	43168	50120	16,10	136814	119786	-12,45	179982	168906	-6,15
1950-1960	50120	80619	60,85	119786	102490	-14,44	168906	183109	8,88
1960-1970	80619	101193	25,52	102490	74661	-27,15	183109	175854	-3,96
1970-1980	101193	143485	41,79	74661	56406	-24,45	175854	208472	18,54
1980-1991	143485	202666	41,24	56406	36172	-35,86	208472	238838	14,56
1991-	202666	243949	20,37	36172	23085	-36,18	238838	267034	11,81

2000									
2000 – 2010	243949	277731	13,85	23085	15683	-32,06	267034	293414	9,88

Fonte: FIBGE Censos Demográficos (1940-2010).

As tabelas acima mostram o grande êxodo rural ocorrido na região com o declínio da economia cafeeira, já que sua população urbana passou de 43168 em 1940 para 243949 no ano de 2000, representando 93,61% do número total e 277731 em 2010 (Tabela 04). Este acentuado crescimento se mostrou mais intenso entre os anos de 1950 e 1960, com expansão de 60,85% nesta década (Tabela 05), de forma inversa à população rural que neste período já apresentava taxas inferiores de crescimento (-14,44) do que no auge da agricultura cafeeira. Daí em diante o meio urbano obteve um aumento acelerado de habitantes, o qual se fixou principalmente com o início do setor sucroalcooleiro, pois este foi se fixando ao longo do período como principal atividade econômica, não deixando espaço suficiente para outras culturas se desenvolverem[16]. Por este motivo, as pessoas se mudaram para as cidades (em 2000 a população rural apresentava um percentual de apenas 8,64% do total), buscando postos de trabalho e arrendando suas terras para as grandes usinas de cana-de-açúcar.

Esse é um processo contraditório, pois ao mesmo tempo em que o setor sucroalcooleiro levou a transição dos indivíduos do campo para as cidades desenvolveu – principalmente por este motivo – outras atividades da região já citadas acima, o que cooperou e ainda coopera para a modernização, tanto dentro das usinas, quanto no interior das próprias cidades. Por outro lado, pequenos agricultores perderam suas propriedades, o meio ambiente fica cada vez mais degradado e a exploração do trabalho se acentua na região.

1.3 A exploração do trabalho e as formas de pagamento

> Para entender o processo de trabalho a que os trabalhadores estão submetidos no corte da cana, é necessário entender a forma de pagamento, isso porque o ritmo de trabalho a que os trabalhadores estão submetidos é acelerado. Esse ritmo, no corte da cana, depende de cada trabalhador, porém é acelerado em decorrência de um elemento externo ao processo de trabalho, que é a forma de pagamento, ou o pagamento por produção. (ALVES, 2007, p. 35).

[16] Embora a cana-de-açúcar represente hoje quase 80% de toda produção na região de Catanduva, a plantação de laranja, com apenas 6% da produção ainda ganha espaço importante, por meio de indústrias como a Citrovita que se fixaram nesta região.

O pagamento por produção, ou seja, uma forma precária de rendimento do trabalhador acarreta diversos problemas na saúde destes indivíduos, uma vez que causa cansaço excessivo, desgaste no corpo, cãibras inimagináveis, vícios contínuos e mortes absurdas. Os relatos destes trabalhadores são abundantes, devido principalmente à indignação resultante da ausência de humanismo nos campos rurais. As disputas estabelecidas pela usina no resultado de cada mês de trabalho trazem consequências que nem mesmo ela é capaz de controlar. Segundo Alves (2007, p.35):

> É importante acrescentar que a cobiça deve ser relativizada, pois se trata de trabalhadores que estão nos limites da linha de pobreza, sendo motivada, por seu lado, pela necessidade de ganho monetário, na forma de salário, obtido durante os oito meses de safra da cana, de forma que seja suficiente para mantê-lo e toda a sua família durante o ano todo.

O valor obtido ao fim de cada mês depende do peso da cana estabelecido pelos funcionários da agroindústria canavieira responsáveis por tal pesagem e depende de muitas variáveis, como a fertilidade do solo, a variedade da cana cortada, afinal ela deve estar apta ao mercado atual. A tabela 5 mostra o total de cana cortado e o valor recebido de cada trabalhador. Os nomes estão abreviados, a fim de manter a privacidade de tais trabalhadores e do responsável pela folha de pagamento.

Tabela 5: Relação entre a quantidade de cana cortada/dia e o valor recebido – Catanduva/SP – 2008.

Nomes	Cana cortada em metros	Cana cortada em toneladas	Valor recebido em R$
EFS	310	16,5	52,70
OGS	270	14,3	45,90
JGS	248	13,2	42,16
GGS	316	16,8	53,72
JSP	340	18,1	57,80
GBA	278	14,8	47,26
GBD	286	15,2	48,62
JCB	309	16,4	52,53
EDS	379	20,1	64,43
JMS	304	16,2	51,68

Informações concedidas por uma usina da região de Catanduva/SP

Concluímos, observando a tabela 5, que para manter um rendimento razoável ao fim de cada mês, o trabalhador precisa se submeter a duras horas de trabalho e cortar uma quantidade significativa de cana, para cumprir com a folha de pagamento de 16 a 20 toneladas por dia. Aqueles que não conseguem atingir tal meta estão à mercê de salários ainda menores e de fracassos nas disputas ocorridas no interior do canavial. Porém, os riscos e consequências para atingir uma produtividade tão alta são inevitáveis para grande parcela destes trabalhadores, os quais relatam vícios e mortes no campo. Segundo Silva (2005, p.26):

> A maconha, segundo depoimento de um trabalhador, alivia as dores nos braços, já que para o corte de 10 toneladas de cana, são necessários quase 10 mil golpes de facão. Quanto ao crack, trata-se de uma droga estimulante, portanto, o seu uso possibilita maiores ganhos de produtividade. Este fato, além de invisível, é proibido, pois, numa sociedade permeada pela violência como a brasileira, o silêncio, muitas vezes, é uma estratégia de sobrevivência.

A utilização das drogas alivia o sofrimento destes trabalhadores, além de estimulá-los no corte da cana, ou seja, eles perdem completamente suas identidades a fim de conquistar salários um pouco mais dignos sem perceberem que estão colocando em risco sua própria saúde física e mental. As mortes também são relatadas, afinal o excesso de trabalho é tão exaustivo que impossibilita o corpo de funcionar normalmente. Segundo alguns cortadores, depois de um longo dia de trabalho embaixo de um sol escaldante, alguns começam a sentir dores muito fortes por todo o corpo, como se fosse uma cãibra que atinge desde os dedos dos pés até os fios de cabelo e, que ao atingir o coração, provoca paradas cardíacas irreversíveis, isso porque se encontram distantes de postos médicos e as ambulâncias demoram um tempo razoável para chegar ao local de atendimento.

E assim, se perdem muitas vidas de trabalhadores nos eitos dos canaviais. Agravado pelo contexto salarial analisado e das consequências que ele traz à vida destes indivíduos, pois realizam uma atividade forçada e ganham o mínimo por ela, dependendo de seu desempenho durante o corte.

A forma de pagamento introduzido pelo setor já foi motivo da greve como ocorrida em Guariba[17] em 1984, visto que os trabalhadores estavam insatisfeitos em terem que produzir

[17] A Greve de Guariba, ocorrida no ano de 1984, obteve repercussão nacional e internacional. Muito marcada por seu caráter espontâneo, visto que o estado de São Paulo não tinha tradição nestas lutas, procurou mostrar a exploração e as terríveis condições em que viviam os trabalhadores que cortavam cana. Tal contexto

cada vez mais para conseguirem aumentar um pouco seus salários. Entretanto, nem mesmo com as proporções que a greve tomou este sistema de remuneração mudou, já que o pagamento por produção continua vigente nos canaviais paulistas.

Outro grande problema é que o trabalhador rural nunca sabe ao certo quanto irá receber ao fim do mês, pois não consegue ter o controle da quantidade de cana cortada, o que pode gerar desconfiança por parte dele, além de uma análise equivocada do medidor da cana e distribuidor do dinheiro. Desta forma, o cortador de cana precisa encontrar subsídios capazes de estimular seu trabalho, para que assim consiga atingir uma produção elevada.

Cortar um número mínimo de cana num dia, ou seja, pelo menos dez toneladas, requer muito esforço físico por parte dos trabalhadores. Este fator faz com que os riscos de acidente no trabalho aumentem, visto que o corpo muito cansado perde a precisão dos golpes com o facão, ocasionando cortes e perdas irreparáveis. Além disso, são frequentes as dores na coluna, cãibras, tendinites e dores no corpo. Entretanto, os cortadores persistem na busca por melhores condições de vida, apesar dos problemas enfrentados. Scopinho (2000, p.97) já mostrava este cenário de saúde do trabalhador:

> Castigados pelas condições do ambiente de trabalho e ameaçados pelo desemprego, na maioria das vezes, os trabalhadores enfrentam as consequências negativas da modernização por meio de práticas de natureza individual [...] Com relação à saúde e segurança no trabalho, essas práticas individuais consistem, por exemplo, na procura de assistência médica e no exercício da automedicação como as únicas formas de tratar da saúde. Até porque afastar-se temporariamente do trabalho para consultar um médico é uma das formas possíveis que o trabalhador encontra para recuperar-se do desgaste, nem sempre de uma doença diagnosticável provocado pela realização intensiva das atividades, com prejuízo mínimo do seu salário.

Recentemente, na Agência USP de Notícias, o autor Felipe Maeda Camargo alertou que a exposição à queima de canaviais afeta a superfície ocular do trabalhador[18]. Nas

---

gerou muito desemprego, pois eles ficaram com fama de desordeiros, fazendo com que as usinas hesitassem em contratá-los. Porém, com a greve, os trabalhadores conseguiram diversas conquistas, que com o tempo se difundiram em outros setores do mundo do trabalho. Tais conquistas foram firmadas por meio do "Acordo de Guariba", que entre outras coisas visava transporte gratuito, segurança no transporte, fornecimento de ferramentas, pagamento por dias que não trabalhassem devido algum imprevisto, décimo terceiro salário e carteira assinada, fiscalização do pagamento, consequente aumento de salário.

[18] CAMARGO, Felipe Maeda: **Exposição à queima de canaviais afeta a superfície ocular**. Disponível em <: http://www.usp.br/agen/?p=24837 >

entrevistas alguns cortadores mencionaram sentir coceira e dores nos olhos, os quais ficam vermelhos durante o dia. Silva relatou no livro, *Migrantes*, de ALVES e NOVAES (2007), as mortes registradas pela Pastoral dos Migrantes no ano de 2004:

> Três trabalhadores rurais morreram em regiões diferentes do interior de São Paulo, por causa do trabalho estafante. Um em Araçatuba, outro na região de Bauru e o terceiro em Palmares Paulista. O mais velho tinha menos de 34 anos de idade e quatro filhos. O trabalhador de Palmares Paulista (SP), em torno de quatro horas da tarde, depois de cortar 120 metros de cana crua, começou a sentir cãibras, dores no peito, tremedeiras, suores e em seguida morreu no meio do canavial, deixando mulher e quatro filhos órfãos na Bahia, na cidade de Caturama. (*idem*, p. 62*).*

Assim, verificamos a importância de políticas públicas no âmbito do setor sucroalcooleiro para haver a melhoria nas condições de vida destes trabalhadores rurais, os quais sofrem com problemas físicos e psicológicos a fim de conseguirem um salário melhor no fim do mês. Porém, o que se observa é a não utilização deste recurso, transferindo toda a responsabilidade do desemprego ao próprio trabalhador rural.

1.4 A importância da região de Catanduva no cenário do agronegócio moderno

A cana-de-açúcar se tornou a principal atividade na região de Catanduva, abrangendo novos postos de trabalho e uma economia voltada potencialmente para o setor. Sua produção cresceu em proporções significativas e passou a ocupar uma posição muito elevada em relação à produção da cultura em outras regiões do Estado.

A Tabela 6 e o Gráfico 2 mostram o incremento da produção agrícola da cana-de-açúcar para a agroindústria durante os anos anteriores e recentes de produção, a fim de verificar a importância na região desta atividade econômica.

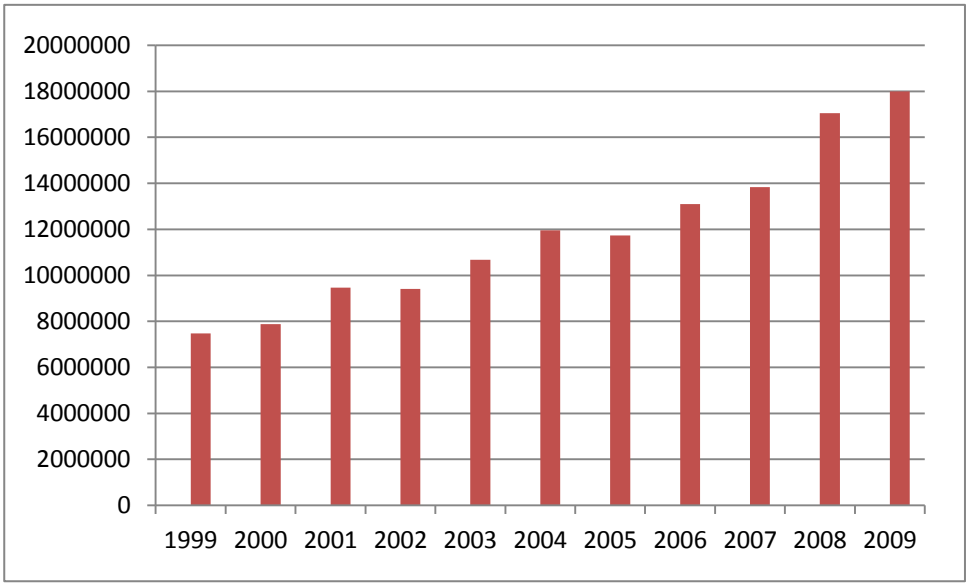
Tabela 6: Evolução da Produção e da Área para Corte de cana-de-açúcar na Região de Catanduva em toneladas e hectare(s) – 1999/2009.

Ano	Produção (t)	Área (há)
1999	7.472.990,00	96.063,00
2000	7.874.140,00	104.533,00
2001	9.467.515,00	127.670,00
2002	9.402.740,00	130.557,00
2003	10.671.250,00	140.583,00

2004	11.956.730,00	150.183,00
2005	11.738.390,00	155.253,00
2006	13.100.990,00	169.175,00
2007	13.840.670,00	175.287,00
2008	17.050.130,00	207.323,00
2009	17.992.030,00	217.197,00

Fonte: IEA/2010

Gráfico 2: Crescimento da Produção em Toneladas da Cana-de-açúcar na Região de Catanduva (1999-2009).



Fonte: IEA/2010

A Tabela 6 mostra que a área cultivada com cana-de-açúcar apresentou um acelerado crescimento na região entre 1995 e 2008 em detrimento de outras culturas. Nesse período, a área com essa atividade agrícola expandiu em 128%, enquanto que a área total com as principais lavouras e pastagens praticamente ficaram estagnadas nestes 13 anos. Assim, a cana passa a ocupar dois terços da área total com lavouras e pastagens na EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural) de Catanduva em 2008, constituindo praticamente uma monocultura, contra uma participação inferior a 30% em 1995. A EDR de Catanduva passa a ocupar o oitavo lugar entre as quarenta EDRs do estado no cultivo da cana-de-açúcar (10º em 1995) representando quase 5% da área com a cultura no estado em 2006 (SACHS e MARTINS, 2007). O avanço da cana-de-açúcar ocorreu principalmente nas áreas com pastagens, que sofreu um decréscimo de 52% no período e da laranja, terceira atividade em importância na

região, que perdeu quase 70% de sua área nesses treze anos. Na EDR de Catanduva, quase todas as culturas apresentaram redução de área nesse período, cedidas para a expansão da cana, incluindo alimentos básicos como o arroz e o feijão. As exceções foram o amendoim, que se expandiu em função do próprio crescimento da cana, na medida em que é uma cultura utilizada nas áreas de renovação dos canaviais e o limão, sendo a região de Catanduva uma das mais expressivas no cultivo desse produto no estado. O rearranjo produtivo do setor agropecuário na região tem implicado, portanto, em uma tendência à monocultura, aumentando a dependência econômica centrada nessa cultura, e possivelmente uma concentração fundiária, na medida em que as escalas de produção na cana-de-açúcar tendem a serem elevadas comparativamente a outras culturas e em impactos sociais. O mapa abaixo mostra a divisão das EDRs no cenário econômico brasileiro.

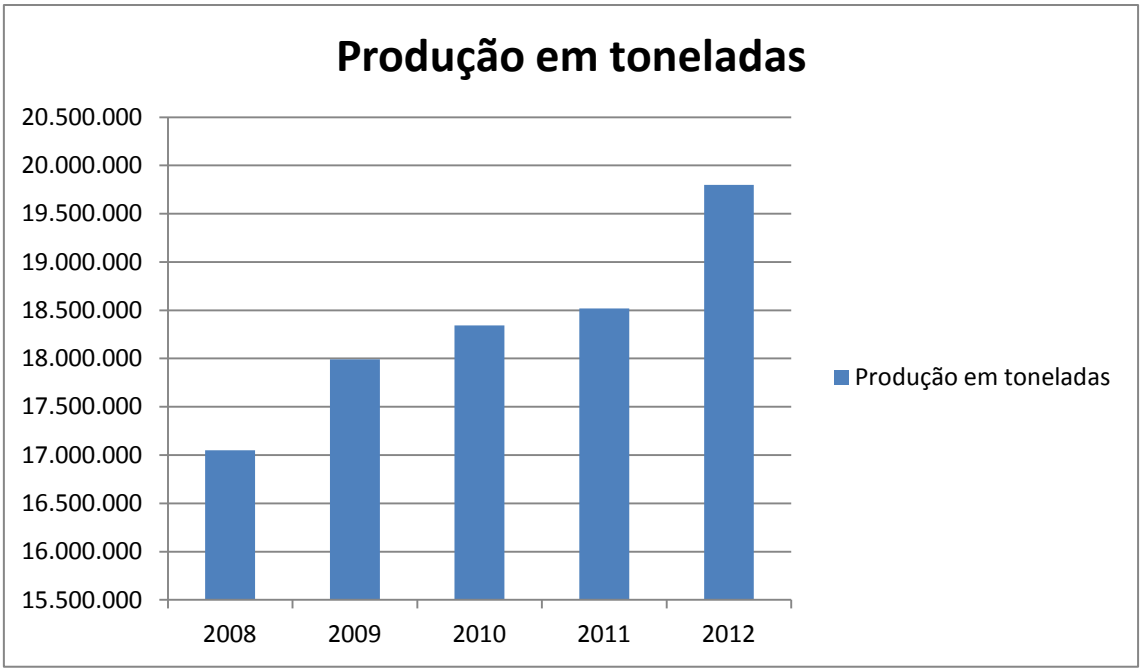
De acordo com a Tabela 7 e Gráfico 3, a produção de cana-de-açúcar aumentou consideravelmente na região de Catanduva entre os anos 2008 e 2012, ampliando em 2.749.895,00 toneladas a produção de cana-de-açúcar entre 2008 e 2012, resultando em um aumento de 30.179 hectares de área para corte. Esta ascensão ocorre devido à importância que o setor adquiriu em âmbito nacional e internacional e às formas aceleradas de produção, que incluem mecanização da colheita e exploração excessiva da mão de obra.

Tabela 7: Produção de cana-de-açúcar em toneladas na região de Catanduva/SP – (2008 – 2012)

Ano	Descrição	Há	Descrição 2	Há	Descrição 3	Toneladas
2008	Área nova	40.664,00	Área p/ corte	207.323,00	Produção	17.050.130,00
2009	Área nova	33.885,00	Área p/ corte	217.197,00	Produção	17.992.030,00
2010	Área nova	33.401,70	Área p/ corte	225.848,00	Produção	18.341.540,00
2011	Área nova	40.013,00	Área p/ corte	223.935,00	Produção	18.519.480,00
2012	Área nova	33.579,00	Área p/ corte	237.502,00	Produção	19.800.025,00

Fonte IEA/2013

Gráfico 3: Produção de cana-de-açúcar em toneladas na região de Catanduva/SP (2008 – 2012)



Fonte: IEA/2013

A alta produção neste setor ganhou maior ênfase com a discussão da questão ambiental e com uma iminente escassez da principal matriz energética do país[19], fazendo com que a produção de etanol no Brasil fosse altamente incentivada por setores econômicos, políticos e ambientais. Entretanto, outros fatores também contribuíram para acentuar a importância atribuída à cana-de-açúcar, como por exemplo, as condições climáticas e geográficas que propiciam na plantação da mesma.

A região de Catanduva é tida como um grande polo industrial usineiro por apresentar condições favoráveis à plantação e agroindustrialização da cana-de-açúcar, uma vez que as terras férteis e planas colaboram com o crescimento e desenvolvimento da cultura, além da região oferecer mão de obra suficiente – local ou migrante – para os trabalhos necessários.

Assim, devido ao crescimento da produção, atrelado a uma demanda cada vez maior por matérias produzidas pela cana, a mecanização se tornou um elemento inevitável no

[19] Por meio do desenvolvimento industrial brasileiro, o petróleo transformou-se, no período que vai de 1950 a 1970 no energético mais importante da realidade do país. O álcool, produzido por composições da cana-de-açúcar surge como uma forma de baratear os custos com os automóveis, mas também para compensar a escassez da matriz energética já citada. Porém, devido a questões ambientais e econômicas cada vez mais atreladas à política atual, novas estratégias vêm sendo definidas para a inserção do gás natural como alternativa para a matriz energética do Brasil.

contexto das usinas paulistas, já que produzir em menos tempo e com gastos menores vêm sendo um dos principais objetivos das indústrias, principalmente com a difusão do Taylorismo como concepção trabalhista. Afinal, produzir o máximo possível em menos tempo, com maiores lucros e menos gastos faz parte desta teoria capitalista.

1.5 O avanço da mecanização nos canaviais paulistas e na região de Catanduva/SP

Os processos de modernização do campo foram desenvolvidos na década de 1970. Elementos como os métodos de cultivos tradicionais, a baixa produtividade da terra e as péssimas condições de vida dos trabalhadores foram colocados como obstáculos para a estratégia desenvolvimentista adotada pelos governos militares, sendo que o início da mecanização se mostrava uma solução em meio a tais problemas.

No caso das agroindústrias canavieiras, as transformações na base técnica e social modificaram os instrumentos de trabalho (máquinas, equipamentos, adubos, agrotóxicos, etc.), e a especialização do trabalhador, promovendo maior complexidade na divisão do trabalho. Segundo Marx (1988, p.146) a respeito do envolvimento do trabalhador à máquina:

> Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. Além disso, sucumbe à força destruidora do metabolismo natural. O ferro enferruja, a madeira apodrece. Fio que não é usado para tecer ou fazer malha é algodão estragado. O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por eles como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua concepção e vocação, é verdade que serão também consumidas, porém de um modo orientado a um fim, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a incorporar-se ao consumo individual como meios de subsistência ou a um novo processo de trabalho como meios de produção.

Porém, o principal discurso usado para explicar a elevada mecanização nos dias atuais, mais significativamente a partir de 2006 na região em estudo, é que são medidas que visam à proteção do meio ambiente e para atenuar as condições de trabalho, problemas criticados pela sociedade.

A modernização na região de Catanduva se iniciou de modo geral na década de 1950, ano em que a modernização da agricultura iniciou sua projeção sobre o Estado de São Paulo. Contudo, foi em 1970 que este setor começou a ganhar atenção por parte do Estado. Desta maneira, as empresas sucroalcooleiras intensificaram o processo de reestruturação produtiva a partir da década de 1980, quando se iniciou a desregulamentação da economia

sucroalcooleira. Como já foi mencionado, com o passar dos anos, devido à maior demanda no mercado interno e cada vez mais no externo, e, como forma de proteção ambiental e social (condições de trabalho), tornou-se necessário um processo de mecanização acelerado (já que os problemas ambientais são cada dia mais avassaladores) que assumisse a responsabilidade de ao menos amenizar tais problemas ambientais e sociais.

Estima-se que atualmente cerca de quase 70% da área com cana-de-açúcar seja colhida por meio de máquinas na região em questão, especificando o cenário de total mecanização acordado pelas usinas, como nos mostra a tabela a seguir em relação à mecanização na EDR de Catanduva (Tabela 8).

Tabela 8: Total colhido em hectares de cana-de-açúcar por municípios – região de Catanduva - safra 2012

Municípios	Total (há)	Sem Queima	%	Com Queima	%
Ariranha	8.173	6.517	79.7	1.656	20.3
Catanduva	13.785	8.225	59.7	5.560	40.3
Catiguá	8.852	6.095	68.9	2.757	31.1
Elisiário	5.270	3.170	60.2	2.100	39.8
Ibirá	9.597	5.708	59.5	3.889	40.5
Irapuã	8.141	6.039	74.2	2.102	25.8
Itajobi	21.207	15.399	72.6	5.808	27.4
Marapoama	5.261	3.286	62.5	1.975	37.5
Novais	7.274	3.807	52.3	3.467	47.7
Novo Horizonte	34.419	24.063	69.9	10.356	30.1
Palmares Paulista	5.322	4.189	78.7	1.133	21.3
Paraíso	6.254	3.798	60.7	2.456	39.3
Pindorama	9.718	5.503	56.6	4.215	43.4
Sales	9.350	7.891	84.4	1.459	15.6
Santa Adélia	18.980	16.845	88.8	2.135	11.2
Tabapuã	16.962	12.515	73.8	4.447	26.2
Uchoa	10.904	8.666	79.5	2.238	20.5
Urupês	13.628	7.846	57.6	5.782	42.4

Total	**213.097**	**149.562**	**68.9**[20]	**63.535**	**31.1**

Fonte: INPE/Canasat: Acesso em 18/07/2013

Por meio da Tabela 8 podemos verificar a participação expressiva do corte mecanizado na lavoura, uma vez que o corte sem a queima da palha é realizada por elas. Em todos estes municípios esta mecanização já representa mais que a metade durante o corte, ou seja, todas estas cidades que compõem a região realizam o corte da cana-de-açúcar majoritariamente sem a queima antecipada, simbolizando grandes avanços técnicos e em defesa do meio ambiente. Entretanto, os demais municípios que ainda promovem a queima em maior escala estão aumentando o percentual em relação à mecanização, uma vez que nenhum deles apresenta menos que 40% do corte feito sem queima, porcentagem esta que tende a aumentar.

Diante destes números cabe indagar: será que os cortadores de cana – que necessitam tanto deste trabalho para garantir sua própria subsistência e a de sua família – estão cientes da possibilidade de perderem seus empregos em um futuro próximo? As usinas da região estão fornecendo cursos de formação profissional para não gerar um impacto tão perverso na vida destes indivíduos? As cidades – dormitórios ou de origem – estão se preparando no sentido de implementar políticas públicas que abarquem este contingente de trabalhadores desempregados? Quais as expectativas dos trabalhadores sobre suas vidas após a total mecanização do setor?

1.6 A mecanização do carte de cana e as políticas de educação e de qualificação do trabalhador

Diante do atual processo de reprodução do capital que impõe a flexibilização do trabalho o discurso trabalhista atual se volta contra o próprio trabalhador ao defender que o desemprego é consequência da qualificação inadequada deste no desenvolvimento econômico. Neste sentido, a educação ganha ênfase como um caminho de mobilidade e integração social, uma vez que o mercado de trabalho não consegue mais agregar tantos indivíduos.

Diante disso, faz-se necessário entender a educação no Brasil, de forma a analisar quais suas maiores defasagens e como hoje a educação profissional poderia suprir, caso

[20] Média dos percentuais durante a colheita total.

possível, todas as necessidades sociais existentes. Tal questão se torna importante, visto que há neste século uma forte intensificação do trabalho, desemprego estrutural, redução da remuneração média do trabalhador, além desta tentativa de formação de um contingente grande de pessoas que o sistema Capitalista não consegue absorver.

A formação do trabalhador no Brasil teve início no período colonial, onde as crianças e jovens, além da Educação Básica, aprendiam certos ofícios, como tipografia, carpintaria e alfaiataria. Já em 1808, foi inaugurado o Colégio das Fábricas, o qual se aprimorava na educação de artistas e aprendizes. Um pouco mais de meio século depois, em 1861, dava-se início ao Instituto Comercial do Rio de Janeiro, onde os diplomados (em sua grande maioria classe média baixa) possuíam preferência no preenchimento de cargos públicos nas secretarias do Estado.

Com o desenvolvimento e crescimento constante de uma economia agrário exportadora no final do século XIX e início do século XX, a educação no Brasil começa a se relacionar com a preparação profissional para a indústria, sob a iniciativa do então Presidente de Estado Nilo Peçanha, que assinou o decreto para a criação de quatro escolas profissionais, quais sejam, Campos, Petrópolis e Niterói para o ensino de ofícios e Paraíba do Sul, para a aprendizagem agrícola. Tal preparação foi destinada aos mais pobres, na tentativa de fixar um capital empreendedor, ganhando espaço no mercado de trabalho. Para tal, em 1906, o ensino profissional passa a ser atribuição dos Ministérios da Indústria, Comércio e Agricultura, maiores interessados em mão de obra devidamente qualificada para a aquisição de lucros.

Em contrapartida, na era Vargas, a educação começa a assumir os moldes de uma política de Estado, cujas consequências passaram a moldar o futuro educacional do país, cada vez mais preocupado com a aquisição de políticas públicas que incluíssem os indivíduos desempregados no processo de produção. Neste sentido, os Manifestos dos Pioneiros da Educação Nova[21], em 1932, tentavam diagnosticar tal ideia e sugerir rumos para as políticas públicas na educação. Dois anos depois, as "escolas vocacionais" passam a ser tratadas como políticas públicas e obrigação do Estado para as classes menos favorecidas da população, sendo cumpridas com a colaboração das indústrias envolvidas e dos sindicatos em questão, que possuíam a função de criar escolas de aprendizes.

[21] O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova consolidava a visão de um segmento da elite intelectual, a qual vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_dos_Pioneiros_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Nova

Desta maneira, aos poucos as políticas públicas relativas à educação passam a ser mediadas por outras instâncias do poder público e da sociedade civil, distanciando-se da total dependência da estrutura política de interesses das unidades federadas. Entretanto, atualmente elas ainda traduzem um jogo de interesses sociais nas esferas políticas. De acordo com Andrade (2011, p. 54):

> Em suma, a formação escolar de massa, iniciada mais efetivamente apenas em fins do século XIX e rapidamente generalizada nos países industrialmente mais desenvolvidos, cumpre um duplo papel: ela reduz os custos de reprodução da força de trabalho e permite homogeneizar as qualificações subjetivas demandadas pela indústria.

Este duplo papel também tem ocorrido nos países em que o desenvolvimento industrial se iniciou tardiamente, apresentando uma intensificação na busca por resultados mais acelerados e promissores.

Entretanto, além de enfatizar o papel desempenhado pela educação dos trabalhadores na ocupação dos postos de trabalho, na distribuição de renda e nos salários, o capital humano ainda lida com três problemáticas discutidas a seguir: o desemprego, a concentração de renda e a possibilidade de ensino a uma parcela mínima dos trabalhadores em questão. O desemprego estrutural atinge hoje, grande parcela da população, sendo inserido no contexto de milhares de trabalhadores devido à mecanização em substituição à mão de obra e à ausência de qualificação para o mercado moderno atual. Porém, tal contexto apenas se torna possível com a péssima estrutura escolar que possuímos, tanto nos anos básicos de aprendizagem, quanto em cursos de qualificação, os quais englobam uma parcela mínima deste grupo trabalhista. Desta forma, a renda acaba concentrando-se nas mãos de poucos, enquanto a grande massa da população apenas sobrevive ao nosso sistema, isso quando consegue.

Alguns exemplos de programas sociais podem ser discutidos na melhoria das condições de vida desta massa desfavorecida da população, como é o caso do programa Bolsa Família no Brasil e do programa Jefes de Hogar, na Argentina. Este último programa, criado em 2002, tinha como objetivo gerar renda às famílias onde os representantes estivessem desempregados e promover a reinserção destas pessoas no mercado de trabalho, as quais deveriam se empenhar em estudos e qualificações. Assim, teriam acesso aos novos mecanismos do mercado e trabalho, adaptando-se a eles e, consequentemente, possuindo mais

chances de admissão trabalhista. No Brasil, o Programa Bolsa Família[22] atende pessoas pobres (desprovidas de uma renda per capita que atinja os cento e quarenta reais) e extremamente pobres (com renda menor que setenta reais), onde tais famílias devem apresentar em troca comprovantes de que os filhos permaneçam na escola e vacinados. O objetivo é reduzir a pobreza através de transferências condicionadas de renda, o qual rompe o ciclo geracional da pobreza (SOUZA, 2011).

Tais programas governamentais, apesar de contribuírem para o rompimento com a pobreza absoluta de muitas famílias, ainda não atingem o número esperado na redução desta como um todo, sendo necessária a elaboração de outras ferramentas no combate ao desemprego e às condições precárias de vida destes seres humanos. Neste sentido, a política pública caminha buscando teoricamente elementos que promovam a troca entre sociedade civil e governantes e a redução do desemprego causado pela falta de oportunidades (trabalhistas e educacionais) e pela concentração de renda no país.

Neste contexto, observamos quatro tipos de políticas públicas: políticas compensatórias – trabalho, cotas, bolsa família – onde está incluído o objeto de estudo em questão, como forma de suprir o desemprego estrutural causado pela mecanização da cana-de-açúcar; política estrutural – reforma agrária, setores industriais e agrícolas, meio ambiente; política social – educação, incentivo à cultura, transportes, habitação, questões associadas a crianças e adolescente; política econômica – impostos, comercial, nacional, internacional, entre outros (SOUZA, 2011).

As políticas públicas ganham destaque no Brasil com a intensa competitividade das empresas em tornar seus produtos ainda mais lucrativos, portanto, a qualificação da mão de obra se torna alvo de muitas transformações, atribuindo grande responsabilidade ao trabalhador por sua própria qualificação, como destaca Brasil:

> A globalização está provocando uma disputa cada vez maior entre as empresas [...] o mercado de trabalho também está mudando [...] Hoje, o trabalhador tem que estar preparado para ser um profissional competente e útil em qualquer empresa – isso é empregabilidade. O trabalhador precisa estar sempre aprendendo e se atualizando. E não para por aí, precisa ser empreendedor. Ter iniciativas, ideias novas e criativas no trabalho, estar sintonizado com as mudanças no campo profissional. (BRASIL, 2001, p. 6-14).

[22] O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa do Governo Lula (2003) de transferência de renda com condicionalidades, para integrar e unificar ao Fome Zero os programas implantandos no Governo FHC, idealizados pela então primeira-dama D. Ruth Cardoso: o "Bolsa Escola", o "Auxílio Gás" e o "Cartão Alimentação"; estes programas do Governo FHC foram unificados e renomeados como *Bolsa Família*.

O processo de qualificação do trabalhador tem assumido importância devido à inserção de tecnologia e informática no campo de trabalho, assim a formação de novas competências destes indivíduos tornou-se condição para a geração de emprego e renda. Neste sentido, tais mudanças se materializam no campo educacional na forma de políticas públicas para a adaptação dos sistemas educacionais às necessidades imediatas do mercado de trabalho e não do maior interessado, qual seja, o próprio trabalhador envolvido no processo.

Ainda assim, a política pública pode ser considerada um instrumento contra o desemprego estrutural. Para Souza existe uma real definição de política pública:

> Trata-se de um tipo de associativismo, uma parceria entre Estado e sociedade civil, uma forma sofisticada de mutirão que constitui uma estratégia sutil que os grupos dominantes encontraram para convidar a população trabalhadora a aderir a seus planos de desenvolvimento sem aumentar sua participação na riqueza produzida. (SOUZA, 2004, p.22).

Assim, observamos que há uma tendência nacional em atribuir à formação profissional o status de parte das políticas públicas de geração de emprego e renda, porém enquanto não houver o envolvimento real de todas as partes do processo (empresas, estado e sociedade civil) o trabalhador continuará à mercê de seus próprios conflitos com relação a uma qualificação profissional e, portanto, a uma vida mais digna e justa. Por sua vez, esse papel específico de gerador de emprego deve ser desempenhado pelo governo, pois constitui o único agente na economia que não se defronta com restrições de ordem fiscal ou financeira (WRAY, 2003). Neste mesmo contexto, Guilhon (1995, p.105) nos explica da seguinte maneira:

> Dessa forma, verifica-se que as políticas públicas, enquanto conjunto de ações (ou omissões) sob a responsabilidade do Estado, traduzem, essencialmente, o conjunto de decisões e não decisões resultantes do jogo de interesses que se desenvolvem no seio da Política, encontrando sua determinação e seu limite em processos econômicos engendrado em uma realidade específica. Em síntese, as políticas públicas se organizam a partir da explicação e intermediação de interesses sociais organizados em torno dos recursos produzidos socialmente.

A partir desta ideia, o governo deveria criar políticas econômicas que levem ao pleno emprego, assumindo a responsabilidade quanto aos desempregados e não o contrário disso, quando a baixa ou inadequada qualificação do trabalhador é utilizada pera justificar o desemprego.

Assim, constituímos a educação como a pirâmide de readaptação do trabalhador no processo de reinserção no mercado de trabalho, oferecida por governantes e empresários, mas legitimada pela sociedade civil como um todo, pois como defende Neves (1999, p.17):

> [...] a educação profissional tem respondido, de modo específico, às necessidades de valorização do capital, ao mesmo tempo que tem se constituído em um espaço de significativo potencial contra-hegemônico para a classe trabalhadora, na medida em que, através da ampliação das oportunidades de acesso ao conhecimento, abre novas possibilidades de organização e luta por educação para a classe trabalhadora.

A política pública compensatória, por sua vez, deveria ser criada por governantes, empresários e sociedade civil no sentido de oferecer cursos preparatórios que possibilitem a inserção destes trabalhadores no espaço trabalhista, mas em vez disso, absorve um número mínimo de trabalhadores, promovendo mais uma vez a injustiça e a desigualdade social. No objeto de estudo em questão, a política pública compensatória deveria significar uma saída não apenas para o desemprego, mas para as péssimas condições de vida e trabalho destes indivíduos.

Por outro lado, entendemos o processo de mecanização como estratégia dos usineiros também no sentido de amenizar as lutas sindicais no seu processo de produção. Segundo Thomaz (2002, p.194):

> De todo modo, a diferencialidade das condições objetivas e do grau de mobilização e organização dos trabalhadores rurais assalariados, o desenrolar da luta dos trabalhadores foram de fundamental importância para a decisão capitalista de instituir mudanças ("modernização") na agricultura, no sentido de o capitalista de fortalecer diante do conflito capital x trabalho, desempregando, segmentando e redefinindo o papel dos trabalhadores e garantindo o rebaixamento de custos.

Apesar das políticas públicas compensatórias não resolverem a questão do desemprego estrutural colocado pela mecanização da cana-de-açúcar ela amenizaria os impactos sociais decorrentes deste processo, atribuindo maiores oportunidades de recolocação do trabalhador. Entretanto, elas são insuficientes no setor sucroalcooleiro, onde uma parcela ínfima de pessoas possui acesso a elas. Como discutido no primeiro capítulo, dos quarenta trabalhadores entrevistados apenas cinco participaram deste processo de recolocação trabalhista, o qual também não garante permanência e estabilidade. Desta maneira, o cortador de cana-de-açúcar, enquanto protagonista de sua história, busca outras formas de sobreviver, seja em sua região de origem, nos canaviais paulistas ou em outro lugar onde haja emprego disponível.

2 MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO E OS CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR

2.1 Contexto teórico

O mundo do trabalho contemporâneo apresenta, em suas diretrizes, elementos estruturantes da hegemonia Capitalista, a qual define os rumos a serem tomados no quadro de decisões econômicas, assim como as formas e relações que se instituem entre os diversos trabalhadores. Desta maneira, o estudo das determinações que direcionaram o mundo ao sistema dominante de produção, através de uma reestruturação econômica e de crises provenientes da busca por riqueza se torna essencial, uma vez que a condição de tal trabalhador é consequência desse esboço da produção desenfreada, da especialização dos trabalhadores e das desigualdades sociais.

É inegável que o novo padrão flexível[23] trouxe consequências alarmantes no cenário trabalhista, principalmente no que diz respeito à classe operária, visto que diante da nova conjuntura fabril abandonou de certa maneira os ideais de luta e, até mesmo, o próprio Sindicato. Tal reestruturação produtiva, associada ao desenvolvimento tecnológico e que reduziu a mão de obra vigente, gerou consequentemente a precarização do trabalho, pois reduzindo os postos de trabalho, as fábricas conseguiram estabelecer limites às lutas operárias.

A decomposição de tarefas e a especialização do trabalhador já representavam uma contribuição para a produtividade do trabalho, pois como aponta Prado (2008, p. 15) "[...] surge aí a ideia de um *Novo Homem*, moldado à realidade do capitalismo industrial, que não apenas é regulado dentro da fábrica, mas também fora dela, para ela", visto que o operário iniciou sua contribuição agora não só produzindo, mas comprando.

O setor sucroalcooleiro se desenvolveu no Brasil de acordo com esta estrutura produtiva, fomentado pela alta lucratividade e na divisão do trabalho dentro da indústria, como descrito nos próximos tópicos. Entretanto, além da classe operária inserida no processo produtivo, outra gama de trabalhadores surgiu, designados ao trabalho precário e submetidos a condições análogas à escravidão, reforçando a tese de busca excessiva de lucratividade a qualquer custo. Mas, assim como as demais indústrias inseridas na lógica do capital, este setor

[23] A adoção do modo de acumulação flexível de capital decorre de necessidade de o capitalista superar a crise e manter ou alcançar a maior taxa de lucros, que é o elemento motriz de todo o sistema.

busca aprimoramento, tanto na esfera produtiva, por meio de máquinas, novos insumos, ou seja, novos métodos de atividade, para que o produto final seja vendido no mesmo momento em que é constituído, quanto na esfera educacional, responsável pela especialização de trabalhadores para o manuseio das máquinas e total absorção das informações contidas no novo modelo industrial.

Voltando um pouco à história da indústria e da agricultura brasileiras, estas se desenvolveram tardiamente em relação às grandes potências capitalistas mundiais, preservando uma economia predominantemente agrária até durante os séculos XIX e XX. No início do século XX, quando começa a haver a inserção de algumas multinacionais no Brasil, o contexto que se presencia é de extrema exploração, com jornadas de quatorze ou dezesseis horas diárias, assim como a utilização da mão de obra de mulheres e crianças. Os salários eram muito baixos, podendo ser reduzidos como forma de punições ao descumprimento da ordem (BERNADELLI, 2004).

Com a chegada dos imigrantes vieram também experiências de luta mais avançadas do que as já existentes no Brasil e, a partir da troca destas experiências, os trabalhadores iniciaram uma luta por melhores condições trabalhistas no contexto do nascimento e consolidação da indústria. A partir de então várias organizações foram criadas no intuito de garantir a defesa dos trabalhadores, como a Confederação Operária Brasileira, criada em 1906 no 1º Congresso Operário Brasileiro.

Porém, a reação do governo veio junto com a crise provocada pela Primeira Guerra Mundial, caracterizada pela baixa produção e pela redução dos salários dos operários, iniciando-se assim, um período de intensas greves por conta destes operários. As forças operárias passaram então, a serem reprimidas pelo Estado por meio de sua força policial.

Já em 1930, com Getúlio Vargas no poder, é iniciado um processo de modernização e consolidação de um Estado Nacional atuante em todas as partes da sociedade, uma vez que a relação entre trabalho e capital passou a ser tratada no interior do contexto político, de forma que Vargas acabou atrelando toda a estrutura sindical ao Estado, destruindo todas as bases sobre as quais ele havia se constituído. A partir desta década, o Brasil inicia um processo de industrialização, atribuindo maior importância à classe operária. Foram criados o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho e as Consolidações das Leis Trabalhistas, além de serem fundados os novos sindicatos oficiais, juntamente com o imposto sindical.

Entretanto, trabalhadores e sindicatos combativos ainda resistiam à intervenção do Estado, garantindo conquistas importantes como a Lei de Férias, descanso semanal remunerado, jornada de oito horas, regulamentação do trabalho da mulher e do menor de idade, entre outros. Atrelada a estas conquistas, surge em 1955 a 1º Liga Camponesa, por meio do processo de mobilização dos trabalhadores do campo e pela criação, um ano antes, da União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Desta forma, pouco a pouco foram sendo criados os sindicatos rurais, presentes no contexto e cotidiano dos trabalhadores estudados neste artigo.

Em 1964, a classe trabalhadora enfrentou a maior repressão política na história do país, devido ao golpe militar, sendo exilados, presos e torturados vários sindicalistas. Este novo governo destruiu a liberdade de expressão e proibiu de forma violenta manifestações dentro do âmbito político.

Passados os tumultos que atingiram quase todas as esferas trabalhistas e sociais do Brasil, começa a surgir, na década de 1970, um novo sindicalismo, que retomou as comissões de fábrica e propôs um modelo de sindicato livre, se desenvolvendo primeiramente no ABC Paulista[24] e se alastrando por todo o resto do Brasil (BERNADELLI, 2004).

Contudo, no cenário do novo (e precário) mundo do trabalho, como designa Alves (2000, p.82-83), o contexto que observamos se difere estruturalmente daquele construído por meio de lutas e intervenções na política vigente, conforme nos mostra o autor:

> O novo complexo social do mundo do trabalho, permeado pela fragmentação de classe –seja na dimensão subjetiva, seja na objetiva – é cada vez mais recalcitrante à intervenção organizacional e política do sindicalismo de massas, tal como ele se constituiu no decorrer do século XX. Além disso, o complexo de reestruturação produtiva, cujo momento predominante é o toyotismo, tende a instaurar uma nova hegemonia do capital na produção, promovendo a captura da subjetividade operária pela lógica do capital, debilitando o potencial das estratégias de classe, contribuindo para posturas sindicais neocorporativas de cariz propositivo, com os sindicatos tendendo a representar interesses setoriais e não mais interesses de classe.

E continua, acerca da crise do sindicalismo moderno:

> É desse modo que surge, em sua plenitude histórica, sob a mundialização do capital, a crise do sindicalismo moderno, considerado um dos principais baluartes de resistência da classe operária contra as usurpações cotidianas do capital. O cerne essencial e determinante da crise do sindicalismo moderno no limiar do século XXI é a instauração do complexo de reestruturação

[24] São inseridas no ABC Paulistas as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, onde a classe operária insurge-se contra o arrocho salarial atingindo a lógica de acumulação capitalista vigente no país. As greves dos metalúrgicos no ABC Paulista serviram de referência para vários movimentos grevistas no Brasil, envolvendo toda a classe trabalhadora.

> produtiva, capaz de impulsionar e desenvolver o novo (e precário) mundo do trabalho. (idem, 2000, p. 83).

Em março de 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, regulando as relações de trabalho no campo, que até então estivera à margem da legislação trabalhista. Um ano depois, em 13 de março de 1964, o Presidente da República assinou decreto prevendo a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. No dia 15, em mensagem ao Congresso Nacional, propôs uma série de providências consideradas "indispensáveis e inadiáveis para atender às velhas e justas aspirações da população". A primeira delas, a reforma agrária. Contudo, no dia 31 de março de 1964, teve início o ciclo dos governos militares, durante 21 anos[25].

No cenário do agronegócio, e mais especificamente do setor sucroalcooleiro em questão, o poder sindical sempre esteve presente, embora sua atuação em muitas ocasiões tenha deixado a desejar, por meio de acordos indesejáveis pelos cortadores de cana, finalização de greves sem direitos adquiridos e pouca atuação na vida destes indivíduos. Um exemplo de extrema importância acarretado devido à atuação sindical foi a Greve de Guariba, ocorrida no ano de 1984, a qual obteve repercussão nacional e internacional. Muito marcada por seu caráter espontâneo, visto que o estado de São Paulo não tinha tradição nestas lutas, procurou mostrar a exploração e as terríveis condições em que viviam os trabalhadores que cortavam cana. Tal contexto gerou muito desemprego, pois eles ficaram com fama de desordeiros, fazendo com que as usinas hesitassem em contratá-los.

De acordo com Graziano (1997) a greve se estendeu rapidamente para outras regiões do Estado, atingindo os colhedores de laranja das cidades de Bebedouro e Barretos, onde ocorreram violentos conflitos entre trabalhadores e policiais, os quais, segundo José Nunes do Nascimento (presidente do STR de Bebedouro), invadiram casas de trabalhadores, espancando senhoras e crianças.

Porém, com a greve, os trabalhadores conseguiram diversas conquistas, que com o tempo se difundiram em outros setores do mundo do trabalho. Tais conquistas foram firmadas por meio do "Acordo de Guariba", que entre outras coisas visava transporte gratuito, segurança no transporte, fornecimento de ferramentas, pagamento por dias que não

[25] Fonte: http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1241869/estatuto-do-trabalhador-rural

trabalhassem devido algum imprevisto, décimo terceiro salário e carteira assinada, fiscalização do pagamento, consequente aumento de salário.

Esta pode ser considerada a maior conquista e a luta mais intensa ocorrida no setor por parte dos trabalhadores rurais, pois repercutiu no mundo do trabalho em geral, dando maior ênfase aos Sindicatos e às manifestações por melhores condições de vida e trabalho. Entretanto, a realidade presenciada nos dias atuais é um pouco diferente deste contexto, pois embora os cortadores de cana-de-açúcar tenham muitos de seus direitos cumpridos, as condições de exploração trabalhista continuam as mesmas, além da precariedade em relação à moradia e alimentação. Além disso, estes trabalhadores disputam seu emprego diariamente com um rival irracional, mas que produz mais, com menos custos e sem movimentações sindicais. Desta forma, as máquinas substituem o trabalho tradicional e manual, formando um processo produtivo acelerado e compatível com o mercado internacional, afinal neste contexto o usineiro não conhece e não se importa com o trabalhador servil. Segundo Thomaz (2002, p.201):

> Pode-se dizer que o novo quadro produzido com a intensificação do "progresso técnico" na colheita da cana, ou mais precisamente na mecanização do corte, está fazendo com que o processo de trabalho perca suas características iniciais. Na época do podão (corte manual), o trabalhador estava no início do processo, mas, com a mecanização do corte, não se está mais diante apenas da subsunção formal, mas o trabalhador é subsumido à máquina (colheitadeira) e o uso da máquina é a realização plena da subsunção real do trabalho no capital.

E continua acerca do corte da cana:

> O capital, ao mecanizar o corte da cana, não só elimina trabalhadores do processo de produção, mas redefine e recria novos atores sociais, reenquadrando-os em novas funções operativas para o processo de trabalho e em novas atividade. (idem, 2002, p. 202).

2.2 O surgimento da figura do trabalhador temporário/boia-fria/volante nos canaviais paulistas

Nos canaviais paulistas os trabalhadores temporários surgem na década de 1960. Isso se deve as mudanças na legislação, ocorridas a partir de 1963 onde o trabalho rural passa a ser regido pelo Estatuto do Trabalhador Rural que atribuía a estes trabalhadores, praticamente, os mesmo direitos assegurados aos trabalhadores urbanos, tais como indenização, aviso prévio, salário, férias, repouso semanal remunerado, sistema de compensação de horas, proteção especial à mulher e ao menor, entre outros.

O Estatuto do Trabalhador Rural foi uma conquista dos trabalhadores devido às pressões por reformas sociais e políticas advindas dos setores da esquerda, trabalhadores urbanos e rurais organizados em todo o país. As Ligas Camponesas do Nordeste, os Movimentos pela Reforma Agrária, que congregaram pessoas da Igreja, Partidos Políticos, Sindicatos e Federações de Trabalhadores agitaram a cena política do país, culminando na realização do Primeiro Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas organizado pela ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil), com considerável respaldo do governo Goulart em 1961 (STOLCKE, 1986, p. 213).

Em 1963, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) foi criada. Data deste ano, também, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que, como vimos, estendeu as leis trabalhistas aos trabalhadores rurais e regulamentou os sindicatos rurais, segundo linhas corporativas tradicionais, como o registro burocrático da unidade sindical pelo Ministério do Trabalho. De acordo com tal lei, o empregador é obrigado a pagar 27,1% sobre cada jornada dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais. Os trabalhadores permanentes, mais onerosos, foram despedidos e readmitidos como volantes, mais baratos, porque os gastos sociais não seriam computados. Desta forma, o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão dos trabalhadores das fazendas.

Dessa forma, a homologação do Estatuto do Trabalhador Rural, provocou uma grande transformação nas relações de produção e de trabalho e influenciou o êxodo rural da região. Ao invés de beneficiar o trabalhador, provocou uma reação violenta dos fazendeiros que, diante dos novos encargos estabelecidos pela legislação, optaram por expulsar os trabalhadores que residiam em suas terras, tanto os colonos quanto os que trabalhavam por empreita ou parceria. (SIMONETTI,1999).

Segundo Silva (1998, p.84):

> [...] rompem-se todas as amarras que prendiam os trabalhadores aos patrões das velhas formas de produzir: colonato, morada, parceria, etc. em seu lugar, surge o trabalhador que não pertence a nenhum padrão específico, pois pertence ao conjunto deles, à classe dos capitalistas. No entanto, esta indiferenciação quanto ao pertencimento individual a este ou àquele patrão não atinge a totalidade das relações sociais. Na verdade, produz-se uma dialética de diferenciação-indiferenciação, que mascara as relações de exploração, nos seus diversos níveis. O mercado de trabalho é diferenciado em termos das categorias sociais, étnico-raciais e das diferenças entre os sexos. No que tange aos trabalhadores "boias-frias", além da diferenciação sexual, há outras relativas aos aspectos valorativos: o "bom" trabalhador cuja qualificação não passa apenas pelo maior dispêndio de força, energia ("bom" cortador de cana), mas também pelos caracteres pessoais impregnados de valores morais.

O colonato, principalmente no Estado de São Paulo, não tinha mais razão de ser. Estas leis, na verdade, regulamentaram a expulsão dos trabalhadores do campo, retirando-lhes não apenas os meios de subsistência como também os direitos trabalhistas. Surgiu o "boia-fria", trabalhador volante, eventual, banido da legislação. Negado como trabalhador permanente, possuidor de direitos, negam-lhe até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a nominação de "boia-fria" (SILVA, 1995).

Estas leis não só regulamentaram a expulsão como também legitimaram a condição do volante, do excluído da lei pela própria lei. Esta força de trabalho volante permitiu o sucesso da modernização agrícola e posteriormente pelo Proálcool (Programa Brasileiro do Álcool, 1975). Esta foi uma das primeiras medidas do governo militar, direcionada por um duplo sentido: conservar o poder político dos proprietários rurais e polarizar seus interesses, juntamente com as outras frações da classe dominante, para a exploração econômica e a dominação política.

Desta maneira, centenas de pequenos camponeses foram expulsos das terras e, consequentemente, obrigados a migrarem para os centros urbanos, deixando para trás sua renda, cultura e tradição histórica.

Neste contexto, surge a figura do boia-fria, antes tratado de forma clandestina pelos "gatos" que garantiam a contratação, mas que agora conquistaram seus direitos trabalhistas, ainda camuflados por um sistema salarial inadequado e condições de vida e trabalho precárias. Na região de Catanduva predomina a presença do migrante ou trabalhador volante[26], homens e mulheres que deixaram seus locais de origem para enfrentar a dura realidade da safra canavieira.

Assim, chegam aos canaviais paulistas conscientes de que essa é uma das poucas opções de emprego que possuem e passam a constituir um cenário rural associado à figura do boia-fria e do camponês.

Esta definição histórica de boia-fria aparece impregnada de preconceitos, uma vez que a população local cria juízos de valor associados a este indivíduo estrangeiro e rural. Ele é classificado como ignorante, desprovido de oportunidades financeiras e, em alguns casos, até

[26] Volante, que voa ou pode voar. Flutuante, ondulante. Que se pode mudar facilmente, móvel. Errante, nômade, vagabundo, passageiro, transitório, efêmero (*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*).

mesmo descumpridor das normas e leis que regem os municípios. Desta forma, formam-se relações (ou a ausência delas) nas comunidades dormitórios reguladas pelo "medo" do que é considerado desconhecido e diferente daquilo vivenciado cotidianamente. Ainda segundo Silva (1998, p.72):

> Não se trata de não considerá-los trabalhadores, pelo fato de serem boias-frias. São, ao contrário, trabalhadores com esta condição. Sob o disfarce de um Estatuto de Trabalhadores Rurais, o Estado brasileiro institucionaliza a descaracterização destes homens e mulheres enquanto trabalhadores, negando-lhes esta condição e imprimindo-lhes a marca da indefinição, de uma verdadeira escória. Esta diferenciação coexistirá com a diferenciação social entre "os de fora", "os do lugar" e as mulheres. Os trabalhadores de outras regiões, "os de fora", tornam-se "imigrados" no seu próprio país. Possuem um falar próprio, hábitos culturais diferentes, muitos são negros ou pardos. Todas estas características étnicas ou culturais definidoras de um modo de vida transformaram-se em atributos negativos no momento em que seus portadores depararam-se frente ao "outro", ao "do lugar", ao paulista.

Assim a figura do boia-fria volante vai se fortalecendo em todo o país, imbuído de caracterizações próprias, criadas em geral pela sociedade do local onde se encontram e imbuídas de preconceito e rompimento com sua identidade. A respeito disso, Silva (1998, p.161) esclarece:

> As respostas dadas à pergunta do que "achavam de ser chamados de 'boias-frias'", boa parte deles estava se referindo não à comida fria que comem, mas, justamente, a esta negação de sua identidade enquanto trabalhador rural. Estavam negando o olhar dos dominantes em relação à definição que lhes impuseram: volante (andarilhos) e "boias-frias".

2.3 Trabalhador Rural: Diferentes perspectivas na pesquisa social e ambiental

Desde o início do século XX, o trabalhador rural é visto no Brasil como um indivíduo atrasado culturalmente e desprovido de uma posição ideológica necessária à sua inserção no cenário político e econômico. O caipira, como era chamado o homem que vivia fora dos parâmetros impostos pela sociedade capitalista, recebe neste contexto o atributo de devastador do meio ambiente, uma vez que os problemas ambientais começavam a surgir no cenário brasileiro, enquanto o verdadeiro responsável por tais desastres ecológicos, o homem da casa grande, o coronel, o grande proprietário de terras, saia ileso destas denúncias.

Os processos verificados no começo do século guardam semelhanças com a década atual, afinal o latifundiário ainda devasta o meio ambiente com suas monoculturas, explora o trabalhador rural econômica e moralmente e se isenta de todas as acusações referentes às leis trabalhistas e ambientais. Desta forma, se exclui o saber local das comunidades, os saberes de

famílias consideradas caipiras em detrimento de saberes científicos e sofisticados, comercializados pela indústria tecnológica.

Desta forma, como sintetiza Porto Gonçalves (2006), o controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda por recursos naturais, uma vez que tornar própria a natureza é se apropriar da matéria no seu espaço-temporalidade, conformando territórios diversos cujos limites são o cerne da política. Assim, a acessibilidade aos recursos naturais pode revelar a condição das relações sociais, condições estas de poder entre os dos locais e os que tentam se apropriar deles.

O fundamento na relação entre sociedade e natureza no Capitalismo está separado entre os homens de um lado e a natureza de outro, sendo que o Estado Territorial Moderno tende a ser monocultural, baseado em uma cientificidade ocidental que prioriza a tecnificação agrícola. Porém, para esta mesma sociedade, um determinado bem só adquire valor econômico quando se torna escasso, criando um desafio ambiental de forjar novas teorias que substituem a base da escassez pela riqueza natural de cada elemento (PORTO GONÇALVES, 2006).

Entretanto, neste mesmo contexto mercantilista, o que se vê é a separação entre quem produz e quem consome, uma vez que a produção não se destina para o consumo direto dos produtores e, consequentemente, o lugar que produz nem sempre é o lugar de destino da produção. Assim são distintos o lugar de extração da matéria bruta, o lugar da transformação da matéria prima e o lugar de consumo, mostrando que há toda uma questão política e mercantil implicada no cerne do desafio ambiental, por meio do território (PORTO GONÇALVES, 2006).

Tal tensão política se intensifica através do desenvolvimento tecnológico, visto que ao invés de superar a limitação entre o poder cada vez maior de transformar a matéria e as qualidades diferenciadas com que esta se distribui na geografia dos lugares, ele aumenta a dependência por recursos naturais. Há, portanto, um conflito permanente entre tecnologia e território, instituindo o padrão de poder mundial. Assim, no contexto da atual hegemonia nas relações de poder por meio da tecnologia, alguns recursos naturais se tornam estratégicos: energia, diversidade biológica e água. A energia e a água vêm adquirindo uma importância cada vez maior, sobretudo com o desenvolvimento das indústrias químicas, da engenharia genética e eletrônica e com a expansão do agronegócio. Ou seja, enquanto as populações

indígenas, camponesas e ribeirinhas se preocupam com a escassez da água para seu consumo humano, produção de seus alimentos, entre outras coisas naturais e iguais a todos os seres, os detentores de poder econômico se preocupam com a falta que ela fará nas plantações de monoculturas, nas indústrias e assim por diante. (Idem).

Por outro lado, observamos também que todo o rejeito criado com a industrialização fica concentrado em alguns pontos do espaço, em sua grande maioria nos países onde a produção é realizada e o consumo indisponibilizado. Desta maneira, estamos diante de conflitos entre temporalidades distintas, mostrando que o que está em jogo no desafio ambiental contemporâneo é a configuração territorial que haveremos de estabelecer e toda a sua geopolítica. .

A década de 1990 pode ser apontada como aquela em que a questão ambiental atinge maior visibilidade no cenário internacional e se constitui como um tema obrigatório na agenda política. Neste contexto, certos protagonistas ganham maior espaço nesta configuração ambiental, os quais, a princípio, não estavam envolvidos no debate, como por exemplo, os seringueiros da Amazônia brasileira, as populações indígenas milenares da América Latina e Caribe, da Índia, camponeses e afrodescendentes por todo o mundo que ganham um relevo cada vez maior, sobretudo a partir dos anos 1980.

Tais figuras entram na discussão ambiental diante da análise de que todo processo de produção não só produz coisas a serem usufruídas, mas também rejeitos (fumaça, calor, rejeitos líquidos e sólidos), os quais tornam-se parte do ambiente de quem fica no lugar, em benefício daqueles que só querem os proveitos, ou seja, aqueles que estão fora do lugar. Portanto, nas palavras de Porto Gonçalves (2006, p.302):

> [...] ante os avanços de múltiplos movimentos sociais que conseguiram imprimir ao debate um forte caráter social e de respeito à diversidade cultural, desencadeou-se uma ampla estratégia empresarial, com a ajuda de grandes organizações não-governamentais, para que se condicionasse a busca de alternativas políticas aos marcos da ordem societária existente, ou seja, que se procurasse estreitar as soluções aos marcos do mercado, às regras do jogo do capitalismo, enfim, procurava-se retirar a iniciativa daquele protagonismo de ampla base popular e cultural, acreditando que o mercado é a única solução possível para qualquer problema, inclusive os ambientais.

Estas configurações econômicas são visíveis até hoje no cerne da discussão ambiental, pois no Brasil destroem-se florestas nativas para introduzir áreas reflorestadas para indústrias de celulose, ou as monoculturas de cana-de-açúcar, sob a propaganda de que estas são

sustentáveis e de que plantarão outras nos lugares onde forem derrubadas; tornam terras improdutivas devido ao avanço do agronegócio e das monoculturas; acabam com a diversidade ecológica e com as espécies animais; tudo isso em nome de uma concepção ingênua do capitalismo que não vê problemas futuros com a existência da humanidade, a qual apresenta um quadro de destruição ambiental.

Na tabela a seguir verificamos os impactos ambientais causados pela inserção deste novo sistema agrícola baseado na monocultura, ou seja, na utilização de insumos, escassez de água e desertificação do solo. Elaborado por Shiva (2002), este processo com prejuízos ecológicos é demonstrado da seguinte maneira:

Quadro 1: Sistema agrícola com insumos externos

Novos custos de Insumo		**Novos custos de impactos ecológicos**
Fertilizantes químicos		Efeito estufa
Pesticidas		Destruição do solo
Herbicidas		Falta de micronutrientes
Represas para a irrigação intensiva	SEMENTES VGR	Toxidade do solo
		Salinização
		Desertificação
		Escassez de água
		Erosão genética
		Redução da biomassa
		Desequilíbrios nutricionais
		Contaminação da comida, do solo, da água e da vida humana.

Fonte: SHIVA, V. Monoculturas da mente, 2002.

O quadro mostra os prejuízos ecológicos e econômicos produzidos pela obtenção de um novo processo de produção agrícola, o qual se caracteriza por uma produção mais acelerada e com grandes proporções, mas ao mesmo tempo com impactos ambientais irreversíveis causados por tais monoculturas. Neste sentido, Shiva (2002) acredita que a melhor forma de denominar o tipo de semente descrito na tabela é: "variedades de grande receptividade" (VGR), já que sua produtividade vincula-se diretamente com os insumos aplicados. A disseminação deste tipo de semente cria uma exclusão e uma indiferença quanto

às potencialidades de cultivos não considerados como vendáveis no mercado. Segundo Shiva, (2002, p.77/78):

> A Revolução Verde criou a ideia de que a fertilidade do solo é produzida nas fábricas de substâncias químicas e que a produtividade agrícola só pode ser medida por meio das mercadorias vendidas. Safras que fixam o nitrogênio, como os legumes, são, portanto, descartadas. Os painços ou milhetes, que têm uma produtividade elevada do ponto de vista do retorno de matéria orgânica ao solo, foram rejeitados como safras "marginais". Os produtos biológicos que não são vendidos no mercado, mas que são usados como insumos internos para manter a fertilidade do solo foram totalmente ignorados nas equações de custo-benefício do milagre da Revolução Verde.

No cultivo de subsistência, ainda praticado por muitos camponeses, tribos indígenas, ribeirinhos e demais populações tradicionais, há toda uma interação entre solo, água e plantas, principalmente na agricultura nativa. Nestas plantações, cada produto final possui múltiplos usos, não servindo apenas para o consumo alimentício. O arroz, por exemplo, neste saber local, além de conter diversas variedades, produz grão e palha, enquanto o trigo também desenvolve a cassava, variedade doce cujas folhas são comestíveis como verduras.

A respeito da relação deste camponês que cultiva para a subsistência e o trabalhador migrante, CLIFFE (1978, p. 327) acrescenta:

> Um exame da problemática da migração entre os "trabalhadores camponeses" nos conduz a uma questão final. Se o migrante usa o chapéu de trabalhador ou camponês é uma questão que está de algum modo colocada de forma errada. O homem migrante deve muito bem ser um participante em dois modos de produção, assim como (em termos diferentes) são os outros membros da família (de fato o conjunto das relações conhecidas como "família" está em movimento, já que está no coração da articulação entre dois modos). Em certo sentido, o homem é um "trabalhador" e a mulher é camponês neste tipo de situação.

Porém, todo este saber local e esta agricultura de subsistência estão sendo substituídos por safras de uma única variedade, as quais produzem maior lucro para os grandes industriais, devastação do meio ambiente, formas precárias de trabalho, e expulsão do pequeno camponês de sua terra. Assim, surge a figura do boia-fria, expulso de sua terra, morador das periferias das cidades e submisso a este novo sistema de produção.

Este novo sistema de monoculturas tem sido disseminado pela Revolução Verde, a qual se baseia em monoculturas geneticamente uniformes, buscando aumentar a produção. Ela foi criada para substituir a diversidade genética em dois níveis principais: primeiramente, as safras mistas com rotações de culturas (milho, trigo, legumes, sementes) foram substituídas por monoculturas de trigo e arroz. E em segundo lugar, as variedades de trigo e arroz têm uma

base genética limitada. Nas plantações atuais, o eucalipto e a cana-de-açúcar ganharam um vasto lugar neste novo sistema de produção.

Portanto, na agricultura, a mentalidade reducionista[27] criou a safra de monoculturas, as quais simbolizam alto rendimento e constituem-se enquanto safras individuais, como é o caso da cana-de-açúcar. Isso porque desde os anos 1960 a agricultura brasileira tem sofrido profundas transformações técnico-produtivas, cuja tônica é a elevação significativa da utilização de insumos modernos, o atrelamento mais forte com a indústria processadora e também as alterações nas relações sociais de produção, acentuando o caráter capitalista da produção. Estas mudanças - denominadas de *modernização conservadora* – apresentaram diversas características, entre as quais cabe destacar o seu caráter desigual, heterogêneo e concentrador, tanto em seus aspectos regionais como no que se refere a gama de produtos e de produtores inseridos nesse processo. De um modo geral, essas mudanças se concentraram na região Centro-Sul do país até os anos 1990. Desde então avançaram para o Norte e Nordeste, bem como nos produtos e estratos produtores mais atrelados à lógica de valorização do capital agroindustrial.

Apesar da produção gerada com as sementes da Revolução Verde, estas categorias reducionistas de rendimento e produtividade permitem uma destruição das safras futuras (a cana, por exemplo, degrada o solo e não permite que mais nenhuma outra cultura cresça nele) e do meio ambiente (escassez de água e emissão de gases poluentes), pois os insumos necessários para tal processo têm impactos ecológicos destrutivos, tais como contaminação dos solos e das águas.

De acordo com as estratégias da Revolução Verde, os múltiplos usos da biomassa vegetal foram deixados de lado em prol de um único uso não sustentável de fertilizantes e água, havendo a redução da biomassa para os animais e o solo devido ao uso excessivo dos recursos.

[27] In: Monoculturas da mente. Vandana Shiva reúne cinco ensaios que trazem inúmeros questionamentos e reflexões sobre as causas e consequências da perda da biodiversidade, bem como os desafios que envolvem a sua preservação. Os relatos da autora são resultado de sua participação em movimentos de defesa da diversidade da natureza e da cultura dos povos tradicionais. É o caso, das camponesas do movimento Chipko, em Garhwal, no Himalaia, combatentes das monoculturas de pinheiros que ocuparam parte das florestas nativas, sem que pudessem dar conta das inúmeras funções até então exercidas pela antiga cobertura vegetal, tais como fornecer água e conservar o solo e prover alimentos, forragem, fertilizantes, fibras e combustíveis.
Fonte: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/estante/estante_431778.shtml

Todo este processo de produção acelerado e impactante aponta para a insustentabilidade das monoculturas, uma vez que estas não toleram outros sistemas e não se reproduzem de maneira sustentável. Porém, tudo se baseia em uma questão de oferta para o mercado e não de reprodução do ecossistema. Desta forma, as empresas estão preocupadas em fazer propagandas sobre sustentabilidade baseada na consciência da degradação ambiental que elas possuem. Um exemplo é cana-de-açúcar, pois os usineiros, que pretendem vender álcool no mercado internacional, pois com o avanço na produção de cana, açúcar e álcool (que pode vir a tornar-se uma nova *commodity* do complexo), assim como as empresas em geral, estão interessados em demonstrar a realização de boas práticas sociais, ambientalistas e trabalhistas, já que estes fatores condicionam a exportação do produto.

Verificamos que a produção de cana de açúcar é tida como ambientalmente sustentável, mas ela está implicada nos danos ambientais mostrados anteriormente, bem como em perversas relações trabalhistas.

2.4 Trabalho, sindicalismo e hierarquias no setor sucroalcooleiro

Na região de Catanduva encontra-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que atende cortadores de cana e pequenos proprietários rurais. Nem todas as cidades possuem uma sede do STR, como é o caso dos municípios em estudo, visto que Ariranha também atende ao município de Palmares Paulista e Catanduva aos municípios de Pindorama e Santa Adélia. Portanto, o contato direto com os STR fica restrito em algumas cidades, criando dificuldades para que muitos trabalhadores acessem esses espaços para buscar os seus direitos.

Além disso, muitos trabalhadores reclamam da falta de incentivo sindical e das altas taxas subtraídas de seus salários todos os meses e direcionadas à manutenção dos STR. Embora tais instituições tenham sido criadas para atenderem às necessidades dos trabalhadores, muitas delas veem nela apenas a consequência da diminuição dos salários todos os meses ou a tentativa de amenização dos movimentos grevistas. Como aponta Alves (2000, p.85):

> O cerne essencial da crise do sindicalismo é a sua incapacidade (ou limitação estrutural) de preservar o seu poder de resistência de classe à sanha da valorização, diante da nova ofensiva do capital na produção e do novo (e precário) mundo do trabalho.

Portanto, aparentemente, essa nova fase do sindicalismo estaria passando por uma crise estrutural de incapacidade em preservar o poder de resistência. De acordo com muitos cortadores de cana-de-açúcar a situação atinge patamares ainda mais preocupantes no que tange ao setor sucroalcooleiro. Nas palavras de Antonio, 30 anos, cortador de cana da região:

> O sindicato não ajuda muito a gente não. Quando a gente vai lá eles quase sempre falam que eles cuidam mais da parte dos pequenos proprietários e que o certo é nós procurar o sindicato de Catanduva, que lá eles resolvem. Eu nunca fui até lá, mas os caras que foram me falaram que não adianta muito também, eles falam que vão estudar o caso e depois dar uma resposta, mas não procuram a gente[28].

Ao analisarmos o dinamismo existente referente ao trabalho no interior das usinas de cana-de-açúcar, nos deparamos com uma ampla gama de funções entre os trabalhadores. Ou seja, há uma separação de acordo com a atividade desempenhada e com a área de conhecimento e atuação de cada um. A fim de uma melhor separação dos setores dentro da usina e de um eficiente controle e manutenção da ordem, os indivíduos são identificados por meio da cor de seus capacetes, estabelecendo assim, certa hierarquia entre eles. Desta maneira, cada cor simboliza o nível em que o trabalhador se insere – mandante ou subordinado, burguês ou proletário, explorador ou explorado - e, consequentemente, a atividade por ele desempenhada.

Esta descrição se refere a trabalhadores inseridos nas funções das atividades industriais do complexo canavieiro, ou seja, em meio à produção de açúcar e álcool. Em tal área há diversas formas de trabalho e atuação destes indivíduos como, por exemplo, os soldadores, os faxineiros das caldeiras de açúcar, os engenheiros, os próprios produtores, armazenadores, técnicos de informática, técnicos elétricos, além dos "chefes", quais sejam, aqueles que zelam pelo bom desempenho de cada trabalhador e pela manutenção da ordem na usina. Afinal é ideal, para o excelente funcionamento da usina, que estes trabalhadores se tornem uma espécie de máquina que serve apenas para obedecer às ordens estabelecidas, uma vez que assim não poderiam tomar a consciência da sua condição de subordinados. Sobre este assunto já nos explicava Karl Mannheim (1976, p.74) a respeito da percepção dos homens quanto à sua condição:

[28] Antonio e um grupo de sete trabalhadores procuraram o sindicato para reclamar sobre a medição errada do corte de cana feito pelo fiscal da área em que trabalham em setembro de 2012. Até outubro de 2013 não haviam recebido resposta a respeito deste problema.

> [...] Não é desistindo de sua vontade de ação e colocando suas avaliações em suspenso, mas no confronto e no exame de si mesmo, que o homem consegue objetividade e conquista um *self* com referência à sua concepção de seu mundo. O critério para este auto-esclarecimento é o de que não só o objeto, mas nós mesmos entramos totalmente em nosso campo de visão. Tornamo-nos visíveis para nós mesmos, não apenas vagamente, como um sujeito conhecedor em si, mas em um determinado papel até então escondido, em uma situação até então impenetrável e com motivações de que não tínhamos até então consciência. Em tais momentos, a conexão interna entre nosso papel, nossas motivações e nossos tipos e maneira de experimentar o mundo aparecem-nos repentinamente. Daí o paradoxo subjacente a estas experiências, que é o de que a oportunidade para a relativa emancipação de determinação social aumenta proporcionalmente à percepção desta determinação.

Contudo, além deste enorme contingente de trabalhadores presentes no interior da usina, há aqueles que assumem uma tarefa tão importante quanto às outras e, até mesmo, mais difícil: trabalhar do lado de fora das usinas, em contato com a agricultura e com as técnicas de trabalho que mais exploram o trabalhador rural. Neste contexto, incluem-se carregadores, técnicos agrícolas, motoristas (tanto de trabalhadores da cana-de-açúcar quanto de produção), medidores da cana cortada, além dos cortadores de cana – os que estão em último lugar dentro dessa hierarquia trabalhista, embora um dos mais importantes, pelo menos até a mecanização acabar com esse trabalho. Em meio a esta diversidade de funções no ambiente rural, o cortador de cana é inserido numa dinâmica diferente, muitas vezes executada pelo trabalhador migrante, aquele que sofre todo tipo de preconceito devido a sua condição de trabalhador temporário, morador das cidades dormitórios, ou das periferias das cidades, seja por aqueles que estão dentro, seja os que estão fora da usina. Atualmente, sofrem preconceito, não apenas por trabalhar numa determinada época do ano (safra, que dura em torno de oito meses), mas também por estar sendo substituído por máquinas que realizarão o mesmo trabalho em maior escala e num tempo muito menor.

Em meio a este contexto, surgem as formas de pagamento mais precárias e desmoralizantes dentro do setor sucroalcooleiro, ou seja, o pagamento por produção. Mas esta forma se aplica apenas aos cortadores, uma vez que os motoristas, engenheiros, técnicos, carregadores, entre outros, têm seus direitos assegurados pela lei sindical, recebendo salários mensais, cestas básicas, férias, décimo terceiro, alguns até mesmo planos de saúde gratuitos. Já os cortadores, contratados durante um tempo específico – período em que a safra ocorre – têm seus salários controlados pela quantidade de cana que cortam em um dia, situação que

causa desgaste físico, psicológico e pode levar até a morte, visto que eles procurarão cortar o suficiente para garantirem um bom salário ao final do mês.[29]

Assim, é possível compreender as hierarquias no interior do sistema sucroalcooleiro, de acordo com as formas de trabalho e salário através da atividade desenvolvida por cada trabalhador. Porém, este perfil do trabalhador tende a mudar cada vez mais com a introdução da mecanização, desenvolvendo novas formas e relações de trabalho no interior do setor sucroalcooleiro.

2.5 Mudanças significativas na legislação do trabalhador do campo

A partir de 1963 o trabalhador rural foi regido pelo Estatuto do Trabalhador rural que atribuía a estes trabalhadores, praticamente, os mesmo direitos atribuídos aos trabalhadores urbanos, tais como indenização, aviso prévio, salário, férias, repouso remunerado, sistema de compensação de horas, proteção especial à mulher e ao menor, entre outros.

No entanto, a partir da Constituição Federal de 1988, o trabalhador rural alcançou, além dos mesmos direitos do trabalhador urbano, algumas garantias individuais devido ao seu percurso histórico e à sua importância para a economia nacional. De acordo com o Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento[30], são direitos específicos do trabalhador rural, além daqueles garantidos a toda a classe trabalhista brasileira:

> [...] a intervenção segundo os usos da região, em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, não computados na jornada de trabalho; b. entre uma e outra parte da execução da tarefa diária, nos serviços caracteristicamente intermitentes, intervalo não computado como de serviço efetivo; c. trabalho noturno entre 21 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte na lavoura e entre 20 horas de um dia e 4 horas do dia seguinte na pecuária; d. desconto de até 20% pela ocupação da moradia e de 25% pelo fornecimento de alimentação; e. Divisão proporcional do desconto de moradia sempre que mais de um empregado residir na mesma moradia; f. não integração no salário da moradia e sua estruturas cedidas pelo empregador, assim como dos bens destinados à produção para subsistência do empregado e sua família; g. contrato, nas regiões onde adota a plantação intercalar ou subsidiária (cultura secundária) a cargo do trabalhador rural, como um contrato com objeto próprio não identificável com o de trabalho. (PAIDA, 2012, p. 5).

Embora se estabeleça este movimento de garantia dos direitos dos cortadores de cana, eles não chegam em sua amplitude ao cenário sucroalcooleiro. Há alguns anos atrás a

[29] O piso salarial da categoria é, em média, de aproximadamente 500 reais. Entretanto, como o pagamento varia de acordo com a produção individual, um bom cortador – um campeão como é chamado na lavoura – pode chegar a rendimentos mensais de 1200 a 1500 reais.

[30] Visualizado em 27/12/2013.
Fonte: http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/trabalhador-rural-0

contratação feita pelos “gatos” era exercida de forma informal, por meio de contratos verbais e promessas trabalhistas. Hoje, apesar de a contratação ser totalmente regularizada e burocrática, esta ausência de direitos ainda é camuflada por meio das péssimas condições de trabalho, formas de pagamento, dívidas por parte dos trabalhadores com transporte e moradia e medição precária do corte da cana sem o controle dos trabalhadores envolvidos. De acordo com Antonio, 30 anos, cortador de cana da região em estudo:

> Antigamente, era mais fácil vir trabalhar aqui, eles iam lá, a gente conversava e vinha pra cá trabalhar. Hoje não, hoje tem que apresentar um monte de papel, comprovante de residência, até documento mostrando os financiamento que tem no nome e os antecedentes criminais.

2.6 Conquistas e desafios dos cortadores de cana-de-açúcar: trabalho, condições de vida e lazer

O lazer inserido na vida destes trabalhadores seria o momento de não trabalho, onde mesmo estando com o corpo exaurido devido à atividade forçada, estes indivíduos utilizam música, passeios e boas conversas para afastar a exaustão. Uma vez que o salário do trabalhador ainda depende predominantemente neste caso, do quanto ele irá trabalhar e na quantidade de cana-de-açúcar cortada, o lazer fica esquecido, afinal as horas de não trabalho simbolizam para eles prejuízos para a sua sobrevivência.

Porém, como a modernidade ainda representa uma nova maneira de ser e estar surge a cultura do entretenimento, onde o principal tema é transformar sensações em emoções. Embora a ideia seja eliminar as diferenças sociais por meio de livros, mídias, excesso de informações, romances, histórias policiais e histórias ilustradas, a cultura de massa ainda não é acessível a todos. Sendo assim indagamos sobre o lazer desses cortadores de cana.

No processo de reprodução do capital este tende a controlar o trabalhador seja nos espaços públicos, seja nos espaços privados. O descanso é fundamental para que o trabalhador refaça a sua jornada de trabalho. No capítulo VIII de *O Capital*, Marx (1988) trata exaustivamente a questão da jornada de trabalho diário, a luta dos trabalhadores pela sua limitação, a evolução histórica dessa luta, e os seus resultados, até à reivindicação universal de uma jornada de trabalho pautada pela Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1866. Oito horas de trabalho diário, oito para lazer, convívio familiar e cultura, e oito para dormir e descansar. Segundo MARX (1988, p.202)

> [...] a jornada de trabalho compreende diariamente as 24 horas completas, depois de descontar as poucas horas de descanso sem as quais a força de trabalho fica totalmente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo o seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital. Tempo para educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento de funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo – e mesmo no país do sábado santificado – pura futilidade!

E continua acerca da ruptura total do tempo livre o trabalhador

> Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia tempo destinado às refeições para incorporá-lo onde possível ao próprio processo de produção, suprindo o trabalhador, enquanto mero meio de produção, de alimentos, como a caldeira, de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. Reduz o sono saudável para a concentração, renovação e restauração da força vital a tantas horas de torpor quanto a reanimação de um organismo absolutamente esgotado torna indispensáveis. Em vez da conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho, é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentiamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador. (idem, 1988, p. 202 e 203).

Diante dessa dura jornada de trabalho estes cortadores de cana buscam alternativas de cultura e lazer no pequeno tempo disponível. De acordo com os entrevistados, por se tratar de municípios pequenos eles aproveitam o que estas cidades proporcionam como shows, bailes, bares e passeios nas praças das cidades. Entretanto, muitos ainda preferem sentar em suas calçadas durante a noite e desfrutar de uma boa conversa, acompanhada de bebidas e músicas. Embora frequentem estes lugares nas cidades dormitórios, muitos ainda se sentem estranhos ao convívio com os moradores da cidade, afinal, como dito anteriormente, são vítimas de preconceitos e deboches.

Durante o dia, o trabalhador se vê intimado por máquinas que em breve ocuparão seu espaço de trabalho. Assim, todo o esforço e "talento" deste trabalhador são observados por seus superiores, levando-o a exercer suas atividades sem críticas e tempo para reflexão, apenas mostrando força e produtividade nas lavouras.

Outro fator que interfere no lazer destes trabalhadores é a condição em que são expostos, principalmente no que diz respeito à moradia:

> Cerca de 70 migrantes se espremem em cortiço próximo ao centro da cidade de Palmares Paulista; seis deles vivem em mau cheirosos nove metros quadrados [...] A

> precariedade de moradias enfrentadas todos os anos pelos migrantes nordestinos na microrregião de Catanduva (SP) chega ao extremo em Santa Adélia. No limite do perímetro urbano, um curral chama a atenção, espremido entre as casas da cidade. Já não há mais animais. Hoje, o local serve apenas como depósito de ração e para a criação de galinhas. Mas, há dois anos, também haviam porcos. [...] cinco migrantes moram em um barraco improvisado bem nos fundos do curral, [...] coberto com uma lona preta, de caminhão. [...] Foi a situação mais grave que encontramos na região de Catanduva (SP), diz Jadir Ribeiro da Pastoral do Migrante. (SILVA, 2007, p. 66).

Desta maneira, o lazer que começa a crescer como fonte de lucro através de atrações programadas e pagas não abre espaço para alguns trabalhadores inseridos no contexto atual no Brasil. Embora a sua lógica seja a distração entre duas coisas sérias, um dos maiores entretenimentos de massa desde o início do século passado, qual seja, o cinema, ainda é de certa forma inacessível para grande parte da população.

Desde o século XIX muitos seres humanos foram colocados em discussão pela igreja e ciência devido ao fato de serem considerados "diferentes", ou seja, da forma da lógica normativa de sociedade ocidental. Figuras humanas aproximadas de animais para explicar o conceito de evolução e superioridade das raças, foram expostas em circos e espetáculos como seres sem vontade própria e discernimento para posicionamento perante os abusos sofridos.

O discurso usado no século XIX escravista e científico fazia referência ao diferente, ao que fugia da normalidade pregada pela sociedade, embora a pergunta primordial devesse ser: diferente para quem? Entretanto, a ausência de liberdade até mesmo de pensamento impedia uma discussão mais aprofundada.

Dois séculos depois a situação se sustenta, porém camuflada de outras maneiras, por meio de preconceitos relacionados à classe social, ao estrangeiro, ao gênero e ainda à etnia, fatores também vistos como "diferentes" por uma minoria.

Entre os trabalhadores entrevistados muitos se sentem insatisfeitos devido a serem tratados como estrangeiros, visto que parte dos moradores das cidades analisadas possuem preconceito em relação a eles. Apesar de muitos moradores das cidades em estudo negarem que discriminam os cortadores devido à sua condição social e trabalhista, o que se vê nas observações realizadas são trocas de calçada ao se depararem com eles, suspeitas, medo, o que torna visível essas diferenças e o distanciamento entre moradores da cidade e cortadores de cana.

Isso pode ser verificado na resposta do trabalhador Geraldo, de 20 anos, de Palmares Paulista:

> É claro que tem preconceito. As pessoas nem olham pra gente, fingem que a gente não existe. E as meninas não querem ficar com a gente. Uma vez tava num baile e fui conversar com uma moça daqui da cidade. Ela riu na minha cara e fez cara de nojo, isso só porque eu sou cortador de cana. Mas também agora eu nem tento mais puxar conversa, deixa pra lá, viu.

Diante deste relato analisamos aquilo que Maria Moraes (2006) já dizia a respeito desta questão:

> No que tange aos migrantes temporários, eles são considerados 'estrangeiros', 'gente de fora', 'gente que vem para tomar os empregos dos paulistas', portanto, recai sobre eles, a marca do preconceito, dos estigmas, valores que direcionam ações de órgãos policiais em várias cidades [...] A ideologia discriminatória, que camufla o preconceito racial, dado que a maioria dos migrantes não é branca, se estende aos residentes, ex-migrantes nas cidades dormitórios da região, tornados verdadeiros 'outsiders' (negros, mineiros, nordestinos) em contraposição aos 'estabelecimentos' (originários das cidades, brancos e descendentes de antigos colonos italianos). (SILVA, 2006, p. 12).

Desta maneira, a ideia de diferente, estrangeiro, se perpetua por nossos tempos com uma conotação ruim, cheia de preconceitos e divergências. Esta ideia sempre foi usada para explicações religiosas, científicas, teorias de superioridade, entre outras, mas também, sempre deixou transparecer, em relação a tudo que é visto como inferior e estranho.

Entretanto, em meio a tantos desafios e preconceitos algumas conquistas dos trabalhadores são acatadas, embora de maneira tímida e ainda insuficiente. Uma decisão judicial inédita obrigou a Usina Santa Fé, de Nova Europa (SP), a abolir o pagamento de salário aos trabalhadores rurais por tonelada de cana colhida. Neste caso, a multa em caso de descumprimento é de R$ 1,5 mil mensais por trabalhador.

O magistrado acatou os argumentos do procurador e concluiu que o salário por produção submete o trabalhador a duras jornadas para ter um rendimento razoável. Segundo o juiz Renato da Fonseca Zanon, o trabalhador se vê obrigado a cortar toneladas de cana por dia, o que compromete a sua saúde. Na sentença de 112 páginas são apresentados estudos acadêmicos que mostram o esforço realizado pelos cortadores em um único dia de trabalho. De acordo com o texto, eles desferem uma média de 100 mil golpes de facão, realizam 36 mil flexões e levantam cerca de 12 toneladas de cana. "O cortador suporta um, dois anos e

trabalhando nessa intensidade de produtividade muito grande ele se esgota e não tem mais energia", avaliou o procurador Rafael de Araujo Gomes[31].

Para o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), Élio Neves, "... a decisão corrige uma injustiça". Ele espera que a medida alcance outras atividades. "Esta postura de eliminar o pagamento e o trabalho por produção precisa ser levada também, além da cana, para o setor da laranja, eucalipto, café, porque hoje boa parte da competitividade do agronegócio brasileiro se conquista no mercado internacional, o que precariza as condições de trabalho". O departamento jurídico da Usina Santa fé informou por telefone que já recorreu da decisão. Já o diretor da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar, Sérgio Prado, disse que a entidade não comenta decisões específicas de uma única empresa sem que a decisão seja em última instância.

E assim, nesta luta constante por melhores condições de trabalho, os cortadores de cana-de-açúcar adquirem conquistas e acumulam desafios referentes ao seu trabalho e à sua vida social, enfrentando preconceitos, salários insuficientes e trabalhos desgastantes. Acrescido a isso está a insegurança sobre o seu futuro devido a mecanização do setor.

Embora Marx tenha escrito sobre a exploração do trabalho no século XIX, verificam-se as condições de exploração e de trabalho degradante dos trabalhadores do corte cana no interior paulista em pleno século XXI. Afinal, o trabalho exercido por este cortador está presente em seu cotidiano, de forma estranhada e, portanto, alienada, e acaba transferindo tal situação para sua vida social, por meio da busca incessante pelo seu bem-estar social. Embora vivenciem essa condição de trabalho precarizado quando tomam consciência da condição em que vivem e trabalham, os sindicatos não lutam pelos seus direitos. (MARX, 1988, p.).

Desta forma, o mundo do trabalho representa todo um simbolismo social, cultural, econômico e político, fazendo parte permanentemente da vida de quem o executa e causando a desigualdade social entre as pessoas e estrutural entre os países. O capital passa a se inserir em todas as formas de representação da vida humana e a designar as hierarquias presentes no sistema social.

[31] http://g1-globo-com.jusbrasil.com.br/noticias/100310098/decisao-proibe-usina-de-nova-europa-a-pagar-salario-baseado-em-producao.

3 MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR E DESEMPREGO: EXPECTATIVAS E DESAFIOS DOS TRABALHADORES

Neste capítulo objetivamos trazer ao primeiro plano as vozes destes trabalhadores, como uma forma de mostrar como vivenciam a exploração e buscam alternativas à mecanização, uma vez que as políticas de capacitação estão direcionadas a uma parcela mínima desses indivíduos. Para tal pesquisa, realizamos um roteiro de entrevista direcionado aos cortadores de cana-de-açúcar da região de Catanduva/SP, como pode ser analisado no anexo 1 do presente trabalho.

As entrevistas foram realizadas junto a trabalhadores que residem nas cidades de Ariranha, Palmares Paulista, Pindorama, Santa Adélia e Paraíso, cidades escolhidas para a pesquisa pela grande importância no setor e por apresentarem grande contingente de mão de obra migrante. Em cada cidade foram entrevistados oito cortadores de cana-de-açúcar, a fim de analisar suas expectativas e desafios quanto a um futuro incerto relacionado ao seu trabalho em função da mecanização do setor sucroalcooleiro.

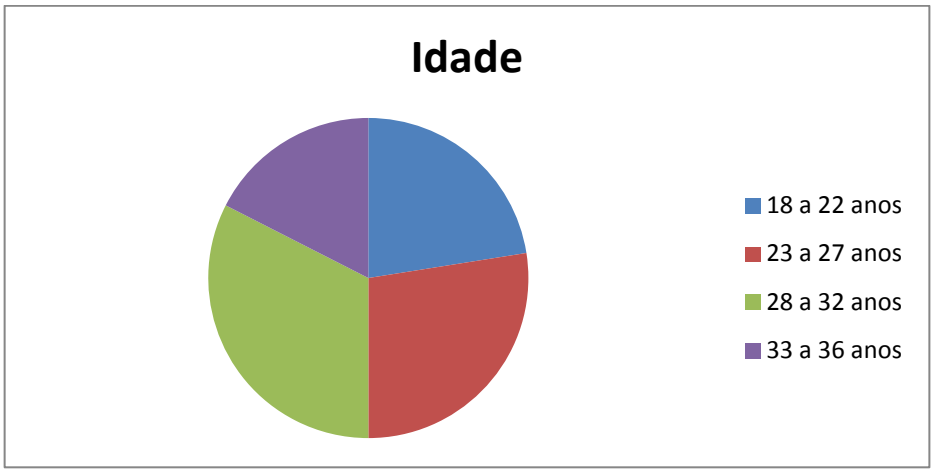
3.1 Faixa etária dos trabalhadores inseridos no corte da cana-de-açúcar

Ao analisar o trabalho do corte de cana no contexto dos canaviais paulistas, percebe-se um esforço excessivo por conta dos trabalhadores inseridos nesta atividade, afinal trata-se de um trabalho contínuo, desgastante tanto físico quanto psicologicamente e sujeito a uma relação de exploração constante. Neste sentido, os trabalhadores mais velhos, quando ainda são submetidas a tal atividade, não atingem a quantidade necessária de cana-de-açúcar cortada para um salário maior no final do mês, o que faz com que este contingente procure outras alternativas para o seu sustento e de sua família.

Portanto, o que se presencia nos canaviais da região de Catanduva é um contingente de trabalhadores mais novos, que ainda atingem recordes de produção e um salário maior ao fim de cada mês, embora muitos ainda façam o uso de drogas para esta "conquista". Assim, entre os indivíduos entrevistados para esta pesquisa a faixa etária varia de 18 a 36 anos, idades diferentes, seres humanos com expectativas e sonhos diferentes, unidos apenas pelo desejo de um futuro melhor.

O gráfico abaixo mostra a divisão etária dos entrevistados, ou seja, nos possibilita entender qual a média de idade destes cortadores de cana.

Gráfico 4: Faixa etária dos trabalhadores entrevistados



3.2 Gênero: Perspectivas femininas

A maioria dos trabalhadores inseridos no corte da cana-de-açúcar são homens, uma vez que em muitos casos a mulher é destinada a cuidar da casa e dos filhos enquanto o marido consegue o sustento de sua família. Porém, o papel da mulher no mercado de trabalho vem ganhando destaque ao longo do tempo, por meio de lutas e desafios que visavam estabelecer a igualdade sexual.

Esta ideia igualitária já era discutida e proposta no século XIX, como mostra Piscitelli (2001, p.2):

> No século XIX, a ideia de "direitos iguais à cidadania", pressupondo igualdade entre os sexos, impulsionou uma mobilização feminista importante, no Continente Europeu, na América do Norte e em outros países. Entre as décadas de 1920 e 1930 as mulheres conseguiram, em vários lugares, romper com algumas das expressões mais agudas de sua desigualdade em termos formais ou legais, particularmente no que se refere ao direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação.

No setor sucroalcooleiro não poderia ser diferente, afinal muitas mulheres hoje estão inseridas nesta atividade, mediante um afastamento com o que é considerado pela sociedade contemporânea como feminino, delicado e belo, muito bem retratado nas palavras de Silva,

em seu texto *Ser Mulher Belíssima*, retirado do Laboratório de Memória e Sociedade[32]. segundo Silva (2006, p.4-5)

> Este panorama nos conta da produção de imagens, das representações, dos significados discursivos. No discurso da mídia existe uma verdadeira tecnologia de produção de um corpo sexuado, dócil, bonito, dentro das normas que reduzem a mulher à natureza, portanto, uma tecnologia que reproduz o assujeitamento, as dicotomias, as oposições, enfim as concepções binárias que dividem e opõem o mundo dos homens ao das mulheres [...] No tocante às imagens, às representações, permanecem os discursos que hierarquizam homens e mulheres a partir do sexo biológico, enfatizando a imagem do feminino como corpo identificado ao sexo, para ser uma mulher belíssima.

Nesta pesquisa foram entrevistados trinta e sete homens e três mulheres, uma vez que o grande contingente de mulheres permanece nas regiões de origem cuidando da casa, filhos e suas pequenas plantações. Elas retrataram uma sociedade repleta de preconceitos e marginalização. Nas palavras de Maria das Graças, cortadora de cana-de-açúcar, 32 anos com moradia em Ariranha:

> Eu não cortava cana, ficava em casa cuidando dos filhos, mas as coisas apertaram, ta tudo muito caro, então eu tive que começar, mas eu não gosto não, é muito sofrido e aqui também é muito calor, o sol queima tudo, mas fazer o que? Mas um dia a gente volta pra casa porque eu não gosto daqui não, o povo te olha estranho, já ouvi cada coisa, mas nem conto pro Jeandro, se não é capaz dele ir brigar.

Aqui ela faz referência à sua cidade de origem, Juazeiro do Norte no Ceará e ao seu marido, Jeandro.

Por outro lado Josiane, de 26 anos, residente na cidade de Palmares Paulista e originária de Livramento na Bahia, diz estar feliz na região:

> Eu acho que aqui tem mais coisas pra fazer, é ruim cortar cana, mas a hora que a gente chega em casa é melhor do que se fosse na Bahia, lá nem TV tinha. Aqui tá melhor e também é mais fácil conseguir outro emprego.

Ao ser questionada se ela estava procurando outra profissão, respondeu que "por enquanto não, porque logo vai parar de trabalhar para voltar a estudar, afinal não finalizou o Ensino Fundamental." Josiane mostrou-se vaidosa e apresentou certos cuidados com a beleza, inserindo-se novamente no universo feminino propagado pela mídia atual.

E, por fim, Roberta, de apenas 21 anos, oriunda também de Livramento na Bahia e residente na cidade de Palmares Paulista:

> Eu vim por causa do meu marido, dava ciúmes pensar que ele tava aqui sozinho, então eu vim, deixei minha mãe e meus irmãos e vim. Eu to feliz, ainda mais agora

[32] Mais informações: http://www.lpcvisual.com.br/lms/mmoraes.php

> que eu to esperando um menino, mas acho que quero voltar pra casa, tenho saudades de lá.

Roberta disse que na mesma semana pararia de trabalhar por conta da gravidez e que achava que seu filho seria um menino, já que havia acabado de descobrir que estava grávida.

Estas entrevistas foram realizadas entre os dias 3 e 20 de julho de 2013, período em que o contingente de trabalhadores é maior devido à safra da cana-de-açúcar e mostram o contexto de algumas mulheres que enfrentam diariamente o trabalho exaustivo associado a um deslocamento do universo feminino e a um preconceito por parte da sociedade em geral.

Há ainda um enorme contingente de mulheres que permanece em suas regiões de origem durante a safra da cana-de-açúcar, cuidando de seus lares e esperando o retorno de pais e maridos. A migração constante dos homens, ao longo do tempo, transformou as mulheres em chefes da família, afinal são elas quem permanecem como a figura central quando o homem encontra-se fora de sua região de origem, destituindo um tipo de família patriarcal ainda muito arraigado no Brasil.

Segundo Cliffe (1978) "é a mulher que assume o trabalho agrícola, educa as crianças, faz o serviço doméstico e mantém ativa a vizinhança e a vida comunitária, enquanto os homens migram".

3.3 Outra realidade: migrantes na região de Catanduva/SP

O conceito de trabalhador migrante remonta ao século XVIII, relacionando-se a diversas atividades produtivas, o qual migra em grupos e permanecem semanas, meses ou anos longe de casa. Nas cidades, eles são inseridos em setores industriais e de serviços, já na agricultura são contratados durante os períodos de grande demanda da força de trabalho, conhecidos como safras.

Segundo Alves (2007, p.8)

> A fome de força de trabalho, por causa de seu caráter intensamente predatório (a vida média desses trabalhadores é menor que a dos escravos na colônia), leva as usinas, por meio do intermédio dos "gatos", a recrutarem trabalhadores jovens cada vez mais longe da região açucareira de São Paulo. Agora, Piauí e Maranhão já se inscrevem na rota dos "gatos", que não vão mais além porque a população torna-se escassa na imensa Amazônia. Como os mais velhos já foram moídos, como a cana que cortam nas moendas, são recrutados apenas os jovens, mas estes ainda não tem a força muscular requerida; ainda não podem ser moídos, mas serão. Vêm aos magotes, em precários ônibus, e eles mesmos pagam a passagem para São Paulo; ficam, pois, desde logo, devedores do "gato" que repassa o vil "contrato" à usina.

A busca por melhores condições de vida e trabalho leva anualmente milhares de trabalhadores aos canaviais paulistas, guiados por uma expectativa de crescimento profissional e possibilidades de emprego. Porém, o que se presencia é uma realidade cruel destinada à produção de um dos fatores mais importantes para a economia brasileira. Seres humanos oriundos do Norte, Nordeste e Sul do país se afastam constantemente de suas famílias e locais de origem para trabalharem no campo em São Paulo.

Ao fim da safra retornam às suas origens para que, depois de alguns meses possam voltar a esta realidade desumana. A grande maioria retorna, afinal não encontram trabalho em suas regiões de origem. Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Ceará entre outros, não conseguem mais agregar esta classe trabalhadora, a qual é expulsa por não conseguir satisfazer suas necessidades. E, assim, anos após ano retornam à região de Catanduva para o corte da cana.

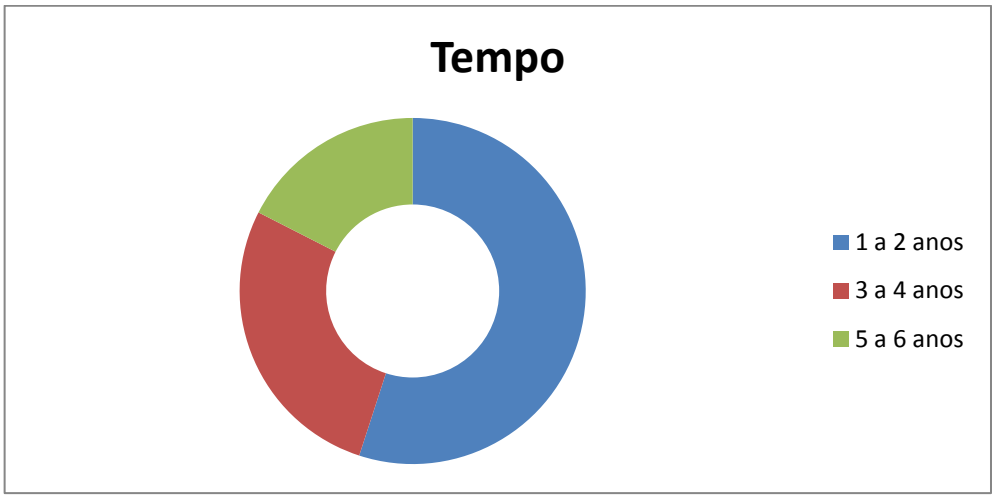
Entre os quarenta trabalhadores entrevistados apenas seis estavam na região pela primeira vez, o restante já enfrenta este desafios há alguns anos, como mostra o gráfico abaixo. Os seis jovens (dois de dezoito anos e quatro de vinte e um anos) mostraram-se entusiasmados com a nova vida, embora dois deles já tenham relatado sobre o preconceito existente e ainda não entenderam perfeitamente o universo a que acabaram de ser inseridos. Nas expressões de Juarez, 21 anos:

> Aqui é bom, e logo a gente consegue coisa melhor, se não conseguir também vamos pra Minas, lá tem bastante trabalho também. Eu já vi colega meu sofrendo com o povo daqui, uma vez roubaram a loja aqui do lado e já vieram achando que era ele, acho que é porque ele é cortador de cana [...] não deu nada porque ele tava ajudando a por fogo na cana aquele dia, aí o rapaz lá falou que ele tava trabalhando.

Quando perguntei se havia algum relato ou testemunha que o acusasse, respondeu que achava que não, era só a questão de olharem de uma forma estranha para ele.

Este estranhamento com o que é de fora, estrangeiro, gera nestas pequenas cidades preconceitos infundados, os quais ausentam uma explicação viável para suas acusações. Já o restante dos entrevistados está na região há dois, três, quatro e até seis anos, refazendo o percurso todos os anos durante as safras do setor sucroalcooleiro. O gráfico 05 mostra o período de tempo que estas pessoas retornam às cidades dormitórios, incluindo também aqueles que fixaram-se permanentemente.

Gráfico 5: Período trabalhado na região de Catanduva/SP



Praticamente todos eles inseriram-se nesta atividade através da região de Catanduva, os únicos que estão no setor sucroalcooleiro há mais tempo, iniciando seu trabalho em outros lugares do Brasil são Gabriel, 36 anos e Ronaldo, 33 anos.

Entre estes trabalhadores existem aqueles dispostos a encontrar um novo trabalho, porém a maioria dos entrevistados não possui reais expectativas quanto ao futuro, visto que argumentam não saberem exercer outra atividade além do corte da cana-de-açúcar, como descrito nos depoimentos abaixo.

3.4 Saúde física e mental do trabalhador

Cortar um número mínimo de cana num dia, ou seja, pelo menos 12,5 toneladas, requer muito esforço físico por parte dos trabalhadores. Este fator faz com que os riscos de acidente no trabalho aumentem, visto que o corpo muito cansado perde a precisão dos golpes com o facão, ocasionando cortes e perdas irreparáveis. Além disso, são frequentes as dores na coluna, cãibras, tendinites e dores no corpo. Entretanto, os cortadores persistem na busca por melhores condições de vida, apesar dos problemas enfrentados. Scopinho (2000, p.97) já mostrava este cenário de saúde do trabalhador:

> Castigados pelas condições do ambiente de trabalho e ameaçados pelo desemprego, na maioria das vezes, os trabalhadores enfrentam as consequências negativas da modernização por meio de práticas de natureza individual [...] Com relação à saúde e segurança no trabalho, essas práticas individuais consistem, por exemplo, na procura de assistência médica e no exercício da automedicação como as únicas formas de tratar da saúde. Até porque afastar-se temporariamente do trabalho para consultar um médico é uma das formas possíveis que o trabalhador encontra para

> recuperar-se do desgaste, nem sempre de uma doença diagnosticável provocado pela realização intensiva das atividades, com prejuízo mínimo do seu salário.

Denúncias estão sendo feitas a respeito da utilização de drogas por parte destes trabalhadores como estimulantes durante a difícil jornada de trabalho. Ao questioná-los quanto a este fator, todos negaram a utilização de qualquer tipo de droga durante o trabalho, mas relataram acontecimentos provenientes disso. Por exemplo, um cortador de Palmares Paulista, 20 anos, disse que viu um amigo ter alucinações durante o trabalho, pois fazia uso de crack para aguentar o dia de trabalho. Já outro cortador, de Santa Adélia, 18 anos, falou que presenciou um homem caindo do caminhão que carregava as canas e logo em seguida ser atropelado por ele, pois não conseguiu sair do local a tempo.

Outra questão levantada recentemente pela Agência USP de Notícias foi que a exposição à queima de canaviais afeta a superfície ocular do trabalhador[33]. Nas entrevistas alguns cortadores mencionaram sentir coceira e dores nos olhos, os quais ficam vermelhos durante o dia.

Maria Moraes Silva relatou, no livro *Migrantes,* de ALVES e NOVAES (2007, p.62) três mortes registradas pela Pastoral dos Migrantes no ano de 2004:

> Três trabalhadores rurais morreram em regiões diferentes do interior de São Paulo, por causa do trabalho estafante. Um em Araçatuba, outro na região de Bauru e o terceiro em Palmares Paulista. O mais velho tinha menos de 34 anos de idade e quatro filhos. O trabalhador de Palmares Paulista (SP), em torno de quatro horas da tarde, depois de cortar 120 metros de cana crua, começou a sentir cãibras, dores no peito, tremedeiras, suores e em seguida morreu no meio do canavial, deixando mulher e quatro filhos órfãos na Bahia, na cidade de Caturama.

Assim, verifica-se como se dá a exploração do trabalhador e a falta de políticas que coíbam esse tipo de exploração no âmbito do setor sucroalcooleiro para assim, haver a melhoria nas condições de vida destes trabalhadores rurais, os quais sofrem com problemas físicos e psicológicos a fim de conseguirem um salário melhor no fim do mês.

3.5 Desemprego estrutural: a substituição de seres humanos por máquinas

Como vimos anteriormente o avanço da mecanização da colheita de cana-de-açúcar está atingindo dimensões acentuadas na região em estudo, promovendo o desemprego de

[33]CAMARGO, Felipe Maeda: **Exposição à queima de canaviais afeta a superfície ocular**. Disponível em <: http://www.usp.br/agen/?p=24837 >

milhares de trabalhadores rurais. Homens e mulheres estão sendo substituídos por máquinas que superam seus índices de produção. Pior que isso, tais seres humanos estão disputando a produção com o maquinário, resultando em doenças, vícios e mortes.

Durante a Revolução Industrial a relação homem/máquina torna-se mais precisa, afinal o aperfeiçoamento das máquinas e a necessidade econômica de uma produção em maior escala e menor tempo coloca o ser humano em uma situação de troca, onde ele seria considerado mais lento e menos produtivo. Marx já analisava a situação ponderando que a substituição do homem pela máquina traria maior conforto ao trabalhador, visto que sua carga horária seria reduzida, produzindo mais e mantendo seu salário inicial. Porém, o que aconteceu foi uma excessiva exploração da força de trabalho pelo detentor dos meios de produção, numa constante disputa por qualificação e manutenção de seu emprego. Desta maneira, Marx reconsiderou seu pensamento, evidenciando a exploração do homem pelo homem em virtude do controle dos meios de produção (MARX, 1988).

Já a partir da década de 1960 houve no Brasil uma intensa mecanização da agricultura, vinculada a processos científicos e trazendo a discussão sobre a relação entre educação e trabalho. Neste sentido, com a flexibilização da produção e do trabalho e o desenvolvimento de novas tecnologias de produção, passam a demandar, consequentemente, uma maior qualificação para o trabalho e para a vida social, constituindo-se em um dos novos papéis do Estado garantir estas condições. Segundo Graziano da Silva (1996, p.4)

> A industrialização da agricultura representa não apenas mudanças nas relações do Homem com a Natureza, mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas e equipamentos, insumos e matérias-primas, etc.). a industrialização da agricultura implica a passagem de um sistema de produção artesanal a um sistema em base manufatureira (com máquinas e uma divisão capitalista do trabalho) e mesmo à grande indústria em alguns sub-setores das atividades agropecuárias no seu sentido restrito (plantio, tratos culturais, colheita, criação, etc.).

Os protocolos ambientais e denúncias de maus tratos no campo não fizeram os usineiros repensarem esta atividade econômica de um ponto de vista humano e social, preocupados com o planeta e com o cortador, mas sim de um ponto de vista econômico, como cumpridor de uma proposta internacional de modo que suas exportações continuassem crescendo. Portanto, a introdução de máquinas no setor ainda possui como maior objetivo a alta produtividade e o cumprimento de normas impostas pelo mercado internacional.

Quanto aos trabalhadores, ainda aguardam uma política compensatória [34] para recolocação no mercado de trabalho, política esta que não está sendo colocada em prática em muitas regiões do estado e quando é colocada abrange um número ínfimo de trabalhadores. Ao serem questionados, os cortadores entrevistados disseram ter consciência da implantação destas políticas públicas, mas que ainda não foram inseridos neste programa e acreditam que não terão esta oportunidade, uma vez que são volantes e "estrangeiros". Segundo Amarildo, 28 anos:

> Eu não acredito que vai ter trabalho pra todo mundo, eles ficam falando que vão colocar gente pra trabalhar com as máquinas, mas o que a gente tá vendo é o pessoal que já mora aqui operando elas. Eu tenho uns amigos que tão trabalhando em outro lugar, mas eu pelo visto vou continuar aqui na lavoura ou vou ter que voltar pra casa pra cuidar dos filhos.

Este depoimento mostra que não há eficiência nesta teoria sobre políticas compensatórias para estes trabalhadores, uma vez que continuam marginalizados e à mercê das decisões públicas e privadas.

3.6 Políticas compensatórias para a classe trabalhadora

O desenvolvimento do capital foi sendo estruturado por meio de mudanças significativas em sua base técnica, política, econômica e social. Na grande maioria das vezes, tais mudanças são permeadas (e justificadas) por um avanço científico e tecnológico considerado inevitável pelos capitalistas. Porém, ao mesmo tempo em que representa uma mudança nos instrumentos de trabalho também atinge a classe trabalhadora, ocasionando transformações na relação das forças políticas entre os sujeitos envolvidos e deles com o Estado.

Neste contexto o Capitalismo é permeado por crises resultantes de seu desenvolvimento expansionista e descontrolado e por uma luta de classes acirradas no interior do ambiente de trabalho. Assim, a crise torna-se um elemento fundamental para este sistema, pois este começa a se reorganizar, criando mecanismos de defesa contra os componentes geradores do problema. Por outro lado, os trabalhadores recolocam a questão dos direitos sociais, porém sem grandes êxitos, pois hoje em dia os movimentos sindicais também estão em crise e na defensiva.

[34] Por política compensatória queremos dizer recolocação trabalhista e educacional, proposta por usineiros e pelo poder público para subsidiar o grande contingente de trabalhadores desempregados devido a introdução de máquinas no corte da cana-de-açúcar.

Desta forma, para garantir a ascensão e manutenção do capital no poder, recorre-se à utilização da ciência e tecnologia, modificando também os mecanismos de trabalho e dificultando a formação de um trabalhador coletivo. Como aponta Souza (2008, p.316):

> O avanço científico e tecnológico, principal instrumento de obtenção da disciplina e da incorporação ativa do trabalho vivo ao trabalho morto, constitui, ele mesmo, a materialidade do novo tipo de subordinação do trabalho ao capital, conseguido por meio de ações educativas desenvolvidas no ambiente de trabalho e no cotidiano da vida em sociedade.

Mediante as novas demandas do capital, exige-se que o indivíduo torne-se cada vez mais especializado, por meio de um processo de formação e qualificação de sua mão de obra, limitando o acesso ao trabalho e à educação. Assim, o objetivo da classe dominante é limitar o acesso ao conhecimento técnico científico a uma minoria de trabalhadores, oferecendo para a maioria uma qualificação fragmentada voltada para o treinamento, não os preparando para apropriar-se da tecnologia e da ciência configurada na atual produção, afinal o objetivo é a conformação deste contingente de indivíduos frente a um mercado capitalista cada vez mais disputado. Como Souza (2008, p.316) continua:

> Funciona como uma espécie de educação para o desemprego, na medida em que prepara parcelas significativas da força de trabalho para permanecerem à margem do mercado formal de trabalho, contentadas com subempregos, trabalhos precários, "bicos" ou trabalhos temporários. Mais que isto, prepara estas parcelas da classe trabalhadora para encarar com naturalidade tal situação e conformar-se com ela
>
> .

Portanto, a oportunidade de qualificação e formação profissional concedido aos trabalhadores, representa muito mais uma estratégia de mediação da luta de classes, concedida pelo acesso à informação e ao conhecimento científico. Aqui o Estado começa a se destacar como o responsável por esta mediação, oferecendo também seus meios de inclusão econômica e social por meio de políticas públicas a estes futuros ou atuais desempregados.

Assim as políticas públicas são, em certo sentido, uma resposta à valorização do capital e uma estratégia política de balancear as esferas sociais e industriais, constituindo a figura de um novo indivíduo caracterizado por sua especialização e produtividade científica e tecnológica. Todo aquele que não se adequar a esta nova relação de trabalho será excluído do processo produtivo ao qual está inserido, ou seja, mais uma vez a defasagem na área da educação, direitos humanos e oportunidades dignas de trabalho e renda tornam-se

responsabilidade da classe trabalhadora, como se estudar fosse uma possibilidade eficaz e simples na vida destas pessoas. Como cita Souza (2008, p.338):

> [...] embora a formação/qualificação do trabalhador tenha como objetivo o atendimento das necessidades empresariais de aumento da produtividade e competitividade no mercado internacional, o empresariado, em parceria com o Estado, busca transferir para o indivíduo a responsabilidade pelo investimento em educação. Em busca de construção de uma base social para tal façanha, verifica-se o recrudescimento da Teoria do Capital Humano como principal instrumento ideológico que vai dar fundamento ético-político às ações e formulações do Estado no campo da educação profissional.

2012 foi um ano eleitoral[35] no Brasil, onde foram escolhidos os representantes municipais. Deste modo, entrevistei dois candidatos à prefeitura onde coloquei a questão destes trabalhadores que estão à mercê da mecanização do corte cana, conscientes de que em breve perderão seus postos de trabalho. Em uma das cidades em que realizei a entrevista, a qual contava com dois candidatos a prefeitura, ambos se mostraram mais preocupados com a "desordem" que este desemprego pode causar às famílias residentes, do que com os próprios trabalhadores. Segundo um desses candidatos, do PSDB:

> Eu me preocupo muito com estes homens, eles precisam de trabalho e de um sindicato forte que os proteja. Mas me preocupo também com a nossa cidade, com os problemas que o desemprego pode causar em nossa sociedade, como furtos, uso de drogas, brigas. O ideal seria que houvesse emprego para todo mundo, mas nossa cidade é muito pequena, não tem como conseguir. Mas prometo que vou pensar a respeito para melhorar a situação deles.

O segundo candidato, aliado ao PTB, concluiu em sua entrevista:

> Pra falar a verdade eu nem sabia muito sobre a condição deles, eu vejo eles pela rua, indo trabalhar, sei que a situação na cana é difícil, mas não sabia sobre a questão do desemprego. O que me preocupa muito é a população da nossa cidade, eu sei que são seres humanos e precisam do nosso apoio, mas querendo ou não vai ter mais filas nos hospitais, mais alunos nas salas de aula e mais gente procurando emprego. Mas tudo se resolve, podemos criar uma forma de amenizar os problemas da cidade e da vida desse povo.

Como podemos verificar nas entrevistas os dois candidatos mostraram-se preocupados com a situação dos futuros desempregados em relação à saúde, escola, moradia e alimentação, mas não propriamente com eles e sim com o aumento do índice de violência devido à

[35] Na região de Catanduva/SP, que conta com dezoito cidades, as eleições a prefeito em 2012 tiveram o seguinte resultado: sete cidades elegeram candidatos do PSDB, três cidades do PTB, duas cidades do PMDB, duas do PPS, duas do DEM e duas do PT.

ausência de tais recursos e da impossibilidade de se sustentarem sem emprego. Ou seja, o grande problema não é milhares de famílias em condições de miséria por falta de emprego, mas, ao contrário, o que tais famílias poderiam pensar em fazer para suprir suas necessidades básicas, como alimentação e moradia.

3.7 Expectativas trabalhistas: a total mecanização da colheita

Diante da mecanização da colheita da cana-de-açúcar, torna-se crucial verificar a visão dos trabalhadores envolvidos neste processo de reestruturação trabalhista, onde o desemprego insere-se na vida destes indivíduos como um fator inevitável. Porém, é necessário que as suas expectativas quanto a condições de vida e trabalho mais favoráveis continuem incentivando-os a buscar alternativas para enfrentar este desemprego, porém, o que mais se verifica através das entrevistas é uma classe convencida de que a única opção em suas vidas é este trabalho precário.

Esses depoimentos demonstram as suas carências e falta de oportunidades de estudo e de trabalho. Isso comprova as desigualdades em que se encontra a classe trabalhadora no país, onde a educação não se encontra distribuída de maneira igual na sociedade.

Dos quarenta trabalhadores entrevistados, apenas uma minoria mostrou-se interessada em realizar algum tipo de especialização voltada para uma educação, com vistas a mudar deste cenário ligado à colheita da cana-de-açúcar.

Neste contexto, a maioria dos trabalhadores afirmou que a única alternativa seria continuar na região cortando a cana crua, o que aumentaria ainda mais a degradação do trabalhador[36] ou migrar para outras regiões onde a total mecanização da colheita está mais distante de ocorrer devido a fatores ambientais, principalmente relacionados ao tipo de relevo.

As entrevistas a seguir mostram este cenário relatado pelos indivíduos envolvidos no corte da cana-de-açúcar. Agnaldo, de 28 anos, oriundo da Bahia, relatou quanto às suas expectativas:

> Eu sei que aqui tá acabando o trabalho, a gente vê todo dia uma máquina nova chegando na usina, acho que assim eles ganham mais. O jeito vai ser ir pra outro lugar, porque olhe bem: voltar pra Bahia é complicado, lá não tem trabalho

[36] Antes de os trabalhadores iniciarem o corte da cana-de-açúcar, promove-se a queima desta cultura, fazendo com que o corte seja executado mais facilmente. Com o fim da queima, alguns trabalhadores optam por cortar a cana crua, atividade extremamente exaustiva por desprender uma força imensurável por parte do cortador, afinal a cana encontra-se dura e forte.

> suficiente pra mim e pros meus filhos, ficar aqui não vai mais ter trabalho também, ouvi dizer que em Minas e no Mato Grosso vai demorar mais pra colocar esse monte de máquina, to pensando em ir pra lá, mas primeiro tenho que falar com a mulher, ela me ajuda a ver essas coisas.

Este relato mostra o movimento migratório constante por parte destes volantes em busca de emprego, sem entender ao certo as condições a que serão submetidos, o salário final na produção e a forma como viverão nestes lugares.

Por outro lado Cícero, de apenas 21 anos, também da Bahia, mostrou-se interessado em buscar novas alternativas de trabalho. Em suas palavras:

> eu to fazendo curso de computação e em agosto vou começar um curso de açúcar e álcool em Catanduva, pra ver se a vida muda um pouco. Acho que depois que as máquinas entrarem de vez, eles vão precisar de pessoas que entendam disso aqui. Mas também se não der certo eu não ligo não, vou pra outro lugar tentar a vida, porque vai ser difícil cortar cana de dia e estudar de noite, então tem que trazer alguma coisa boa né?

As pessoas mais jovens inseridas nesta atividade são as que mais se mostraram dispostas a sair do corte da cana, enquanto a maioria, mesmo estando ciente das transformações desta atividade, continua persistindo nela.

Josiane, descrita acima, também se mostrou ciente desta intensa mecanização e relatou:

> Olha já é difícil pra gente cortar cana, nós não consegue cortar o tanto que os homens corta, imagina se for inventar de cortar cana crua? Ah, não quero essa vida pra sempre não, não é que eu to reclamando da minha vida, eu tenho uma vida boa, tenho o que preciso, mas dá dó vê esse povo se matando assim, acho que nós merecia uma coisa melhor e só vamos conseguir indo atrás.

Como esclarecido acima, esta juventude de trabalhadores rurais acredita em um futuro à parte da colheita de cana-de-açúcar, onde as oportunidades de emprego e crescimento serão mais viáveis, dando uma chance para este povo brasileiro que busca maior qualidade de vida em um trabalho tão degradante.

Enquanto isso, Gabriel, 36 anos, continua em uma perspectiva direcionada exclusivamente para o trabalho no setor do agronegócio, esclarecendo que esta é a sua realidade enquanto trabalhador rural:

> Eu não sei fazer outra coisa, corto cana desde que tinha dez anos e o meu pai meu deu o meu facão. Eu sei sim que não vai ter mais trabalho aqui, mas a gente dá um jeito, corta cana crua, vai pra outro lugar ou volta pra nossa terra mesmo, lá é difícil, mas também não vamos morrer de fome. Minha vontade mesmo era ficar aqui,

> trazer a família, mas fica muito caro e se eu vou ter que ir pra outro lugar não compensa trazer a família agora. Vamos esperar pra ver o que acontece.

Ao ser interrogado quanto a possibilidade de exercer outra atividade, disse:

> Nunca estudei, cortei cana a vida toda, se acha que eu sei fazer outra coisa? Não sei. Até trabalho em outras plantação se precisar, mas fora do mato eu não fico não. Só sei trabalhar na terra, plantando, cortando, debaixo do sol forte, e o pior é que você vai gostando disso.

Durante a entrevista na casa do senhor José[37], de 50 anos de idade, pai de Adalberto, 28 anos, a comoção mostrou o sofrimento enfrentando por gerações por estes seres humanos. Em suas palavras:

> É desumano trabalhar assim. A gente não tem ferramenta certa, não tem apoio dos grandes lá dentro, até a nossa decência vai embora. Come comida fria, tem o sol quente, porque aqui é bem quente, e a gente tem dia que se sente um lixo, porque nem conversar direito com a gente as pessoas conversa. Eu não queria isso pro meu filho, eu falo desde pequeno que é pra ele aprender a fazer alguma coisa, estuda, mas ele parece que não queria ouvir a gente, achava que nós era velho então não tinha importância. Mas agora ta aí, fazendo o que eu fiz e vendo tudo que eu sofri nestes anos. Ainda tento convencer ele de fazer esses curso que tem por aí, mas acho que ele não nasceu pra estudar não, fala que não gosta. Então pelo jeito vai corta cana a vida toda até não aguentar mais e acabar como eu[38].

Há na região, por meio de iniciativa pública e privada uma mínima recolocação destes trabalhadores, devido principalmente à preocupação com o desemprego e com os serviços públicos. Apenas cinco trabalhadores entrevistados estão incluídos no processo de recolocação trabalhista. André (22), Ângelo (22), João Alberto (24), Kevin (25) e Amarildo (27). Os dois primeiros citados estão sendo direcionados para a construção civil, por meio da atividade de pedreiro, o terceiro e o quinto para trabalhos na prefeitura, como cortadores de árvores e gari, enquanto que o quarto está recebendo instruções para o manuseio de máquinas agrícolas no interior da própria usina. Ao ser entrevistado, André relatou que há uma preocupação muito grande entre o grupo de trabalhadores quanto ao desemprego, então resolveu buscar alternativas que garantissem o sustento de sua família[39]. Em suas palavras:

[37] O senhor José não faz mais parte do corte de cana-de-açúcar, portanto não entrou na mostra descrita acima dos quarenta trabalhadores. Ele é pai de Adalberto, um dos cortadores entrevistados, mas suas palavras foram tão significativas, que tornou-se importante descrever a experiência de quem trabalho quinze anos nos canaviais paulistas.

[38] José nos disse que parou de trabalhar há seis anos, devido a uma dor intensa na coluna, foi neste período que trouxe a família para a região na esperança de conseguir o sustento de sua casa. A mulher, Raquel trabalho como empregada doméstica e o filho, como vimos acima, inseriu-se no corte da cana-de-açúcar.

[39] Aqui André faz referência à mãe Dona Maria, ao pai Serafim e ao irmão Antônio, o qual possui uma deficiência física.

> Eu sempre procurei emprego lá na minha terra, desde os dez anos e nunca encontrei, só fazia uns bicos que apareciam de vez em quando, aqui é mais fácil de conseguir, então sempre vou procurando até encontrar. Além do mais, preciso ajudar a cuidar do meu irmão, porque ele não anda, então é comigo mesmo. Cortar cana não vai mais dar certo daqui uns tempos, então é melhor se garantir.

André está na profissão de pedreiro há três meses e diz ser mais satisfatório que cortar cana-de-açúcar.

Kevin foi um dos poucos trabalhadores que conseguiu recolocação profissional dentro da usina, mas para isso teve que se destacar, não apenas de forma braçal, mas mostrando também seu discernimento com a leitura, cálculos e trabalho em grupo. A usina em que trabalha[40] oferece cursos de aprendizagem ao manuseio de máquinas, além de fornecer um saber mais direcionado à questão agrônoma, como o uso de agrotóxicos e cuidados com o solo. Ele passou por um processo seletivo onde os participantes testavam sua capacidade de raciocínio rápido e lógico, afinal deviam resolver situações momentâneas e cruciais ao bom funcionamento da colheita. Além disso, conseguiram mostrar como se comportavam em um contexto de coletividade, também para a solução de um fator importante da colheita. No seu ponto de vista:

> Tivemos que provar que a gente conseguia mexer nas máquinas, mas a gente tinha um tempo curto e um problema gigante. Fiquei feliz quando disseram que eu tinha passado, e fiquei surpreso também, tinha bastante gente boa lá. Agora é esperar que eles me chamem pra começar e voltar a estudar[41] para crescer mais.

A especialização fornecida pelas usinas não vai abranger o grande contingente de trabalhadores desempregados, fazendo com que muitos deles migrem para outras regiões em busca de trabalho, o que traria a perpetuação da precariedade de vida deles, submetidos, por vezes a atividades ainda mais difíceis e que exigem enorme esforço físico. Portanto, devemos, no âmbito da academia, mostrar a exploração do trabalho, as desigualdades e contradições do capitalismo que se manifestam na região em estudo, através das péssimas condições de moradia, desgaste físico e mental, transportes precários para os cortadores de cana, baixa remuneração e pouca influência dos sindicatos, fatores que tornam o país, no que tange ao agronegócio nacional, uma máquina de lucros em prol de poucos e explorações para muitos.

Nesta perspectiva, o necessário seria que tais políticas públicas compensatórias crescessem no mesmo nível que a mecanização, as denúncias de maus tratos no campo, a

[40] O entrevistado solicitou que não divulgássemos o nome da usina.
[41] O jovem nos contou que voltar a estudar era uma das exigências da usina para a obtenção do cargo.

busca pela preservação ambiental, a transformação do etanol numa *comoddity* internacional, para que, junto com o fim da exploração e das queimadas, os trabalhadores rurais, inseridos no corte da cana-de-açúcar, obtivessem um trabalho mais digno, sem precariedades e salários insólitos. Em um contexto histórico e social, o ideal seria que não houvesse exploração do trabalho e desigualdade social, fazendo com que estas discussões sobre políticas públicas não fossem necessárias. Esta questão sobre as políticas públicas compensatórias no setor sucroalcooleiro em benefício do cortador de cana-de-açúcar é um tema que deve ser discutido pelos pesquisadores da área, na elaboração de análises que levem em conta o profundo impacto sobre os trabalhadores da cana decorrente da mecanização da colheita desta cultura.

3.8 Expectativas e desafios dos cortadores de cana-de-açúcar na região de Catanduva/SP

O processo de mecanização n--as lavouras canavieiras não está sendo camuflado, uma vez que os trabalhadores envolvidos possuem plena consciência desta situação na atividade. Assim, se não buscam alternativas ao desemprego que está se implantando na região, ao menos refletem sobre como amenizar a ação de desemprego que se estende rapidamente sobre o estado. No primeiro capítulo conseguimos verificar, por meio dos depoimentos dos sujeitos envolvidos, que apenas uma parcela mínima destes indivíduos possui alguma forma de recolocação trabalhista, seja por meios públicos ou privados, ou até mesmo pela própria usina, enquanto a grande maioria possui em mente a ideia de continuar como volante, buscando emprego onde haja vagas para tais atividades que já desempenham.

Tal fator é possível observar principalmente com os entrevistados que possuem uma faixa etária maior, como é o caso de Agnaldo (28), Gabriel (36) e João Francisco (34), o qual relatou em sua entrevista: "Não é tão difícil cortar cana crua, pra gente que tá acostumado consegue fazer isso. Eu só não sei se a usina vai continuar chamando a gente pra trabalhar, mas se chamar eu vou continuar sim, aqui eu tenho o que eu preciso e não quero voltar pra lá[42] não".

Esse depoimento mostra a tradição do corte da cana-de-açúcar como uma atividade que faz parte da vida de milhares de trabalhadores que não possuem outras oportunidades de emprego e renda. Apesar das péssimas condições de vida e trabalho se ausentarem em parte com esta mecanização, apenas direciona o problema para outro setor, uma vez que uma

[42] Aqui João Francisco faz referência à sua cidade de origem, Juazeiro, na Bahia.

política educacional não é proposta para a grande parcela destes indivíduos. Assim, eles continuam sendo submetidos a condições precárias de moradia, saúde, alimentação e trabalho, enquanto o setor cresce cada vez mais economicamente com a exportação dos produtos. Segundo SILVA (1998, p.262)

> A precariedade das condições de alimentação e moradia segue-se àquela referente à saúde dessa população, cujas deficiências das condições de vida, de um modo geral, são também produto do descaso do "poder público", algo não específico a esta população, mas uma situação bastante recorrente no país como um todo.

Por outro lado, almejar melhores condições de trabalho e se esforçar para conquistar uma recolocação também não garante a realização desta perspectiva, uma vez que ainda continuarão sendo considerados estrangeiros e desprovidos de formação profissional. Mesmo assim, centenas de seres humanos buscam na especialização uma alternativa ao desemprego e às péssimas condições de vida, como é o caso de Moacir (27):

> Eu sei que trabalho tá difícil pra todo mundo, até pra quem é estudado, mas a gente não pode desistir não, viu? Quando a gente quer muito alguma coisa, ainda mais sendo pra vida da gente, tem que ir atrás, lutar mesmo, que um dia, se Deus quiser, a gente consegue aquilo. Eu tenho fé, fé na minha santa que eu vou mudar de vida, mas as coisas não caem do céu, tem que ir atrás e é o que eu to fazendo.

Moacir está realizando um curso de técnico agrícola e diz já ter emprego garantido quando terminar o curso[43] em uma fazenda no Rio Grande do Sul junto a um primo que trabalha há três anos no local.

É inserido nestas pressões de classe e tomado por uma consciência de sua condição, que o trabalhador deve lutar por melhorias de vida e de trabalho, recuperando sua dignidade enquanto ser social e representante de uma parcela da sociedade, seja ele trabalhador de fábrica, seja ele trabalhador de usina, todos devem unir-se na busca por condições mais dignas e humanas.

[43] Ele termina o curso em 1 ano e 6 meses, segundo esclareceu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da nossa pesquisa objetivamos mostrar as expectativas e desafios dos cortadores de cana-de-açúcar inseridos nos canaviais paulistas, mais especificamente na região de Catanduva/SP devido ao emprego estrutural que está se manifestando neste setor por causa da intensa mecanização do corte da cana. Diante deste objetivo, o capítulo 1 traçou um panorama histórico sobre a formação das cidades na região de Catanduva/SP, associadas a uma dependência econômica com as usinas de cana-de-açúcar. Portanto, mostramos a importância desta atividade econômica para a região, uma vez que esta se tornou um dos grandes polos do agronegócio brasileiro. Em torno deste contexto, verificamos a exploração dos cortadores de cana e as formas de pagamento mais precárias que existem. Por fim, acrescentamos um pequeno esboço histórico das políticas públicas compensatórias, como alternativa (se fosse realmente efetiva) ao desemprego estrutural.

Já no capítulo 2, procuramos analisar a situação do trabalhador, seu cotidiano e as condições de lazer em seu tempo livre. Bem como suas conquistas, busca por um sindicalismo fortificado e rompimento com o preconceito imposto pela sociedade.

E, por fim, o capítulo 3, trouxe tais perspectivas através das entrevistas dos protagonistas deste processo de produção, baseada no questionário localizado no anexo 1 do presente trabalho, por meio de dados pontuais, como faixa etária e gênero, e discussões mais complexas, como suas conquistas, desafios e busca por outras alternativas de trabalho.

Como podemos notar as mudanças na agricultura das décadas de 1960, baseada na inserção de novos insumos agrícolas e de máquinas na agricultura, fortaleceu o setor sucroalcooleiro, essencialmente no Estado de São Paulo e transformou o açúcar e o etanol esta em vias de ser uma *commodity* internacional. Devido a protocolos ambientais, o etanol tem sido considerado uma das formas mais eficiente de preservação do meio ambiente buscada por vários países, o que aumenta a produção de cana-de-açúcar em todo o país, afinal muitas outras regiões do Brasil estão incorporando técnicas para o plantio desta cultura, embora o estado em análise ainda possua hegemonia em relação a ela.

Ocorrida no decorrer dessa reestruturação produtiva, a Revolução Verde[44] também propiciou o aumento da produtividade da cana-de-açúcar, juntamente com outras culturas como a soja, o algodão e o milho. Também baseada na lógica da utilização de sementes modificadas, insumos agrícolas e vasta mecanização, este movimento se expandiu para a agricultura paulista, a fim de aumentar a produtividade e, consequentemente, os lucros.

Tal mudança na agricultura também acarretou transformações significativas nas relações de trabalho estabelecidas no campo, pois expulsou parte dos pequenos proprietários, rendeiros e meeiros que possuíam uma agricultura de subsistência, e os tornou trabalhador expropriado para uma atividade manual precária e difícil. Assim, surge a figura do trabalhador do corte da cana, morador das cidades ou migrantes, oriundos, de várias regiões do país para trabalhar na produção canavieira, realizando o mais duro processo de produção do setor, qual seja, o corte manual da cana-de-açúcar.

Embora as técnicas tenham mudado durante as décadas e a mecanização seja algo cada vez mais presente no setor sucroalcooleiro, as condições de trabalho e vida destes trabalhadores continuaram degradantes, porém, segundo eles próprios, isso é melhor do que em suas regiões de origem[45]. Desta forma, na busca por uma perspectiva de melhoria em suas vidas, eles migram para trabalhar no estado de São Paulo.

As questões levantadas durante a pesquisa de campo buscaram mostrar as más condições de trabalho na atividade canavieira e comprovar o que já havia sido demonstrado por muitos pesquisadores (ALVES, 2007; SCOPINHO, 1999; SILVA, 1998, THOMAZ, 2002) no âmbito da precarização do trabalho e exploração dos cortadores de cana-de-açúcar. Durante as entrevistas, uma grande parte dos trabalhadores rurais mostrou-se apreensiva e desconfiada, embora este segundo sentimento desaparecesse com as perguntas. Porém, vários sentiram que aquela era a oportunidade de expressarem a sua angústia presente todos os dias, caracterizada por um trabalho desgastante embaixo do sol quente e por resultados salariais insuficientes.

[44] A Revolução Verde baseia-se na invenção de novas sementes e práticas agrícolas, com o objetivo de aumentar a produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. Assim, este movimento propiciou, por meio destas monoculturas, a degradação ambiental e, também, cultural dos agricultores tradicionais.

[45] Em suas regiões de origem, segundo os entrevistados, há a presença do desemprego como grande emblema na sociedade como um todo, além das desigualdades sociais e ambientais que atingem todo o país, como a seca, falta de alimentos e água e a pobreza desmedida.

Verificamos que a região de Catanduva, localizada no interior paulista, se destaca na produção de cana-de-açúcar, a qual promove consequências importantes para a região, como o crescimento das pequenas cidades, movimentação do comércio, crescimento econômico, surgimento de Sindicatos, aumento dos empregos, etc. Mas também promove a degradação ambiental por meio de queimadas, a diminuição da diversidade de culturas, já que a monocultura abrange grandes extensões, além do trabalho precarizado.

Apesar de na região de Catanduva não verificarmos situações de trabalho análogas à escravidão nos deparamos com milhares de trabalhadores que deixam seus lugares de origem e, consequentemente suas famílias – devido à falta de trabalho nestas regiões – e viajam para o interior paulista em busca de melhores condições de vida, mesmo que difícil e degradante. Pois como bem mostrou SACHS (2004, p.26)

> Infelizmente, o crescimento econômico promovido pelas forças de trabalho traz, mesmo quando bem-sucedido em termos econômicos, resultados sociais opostos aos almejados: as diferenças sociais aumentam, a riqueza se concentra na mão de uma minoria ao mesmo tempo em que um parcela importante da população é marginalizada.

Os homens começam a migrar para as regiões canavieiras na transição de uma infância sofrida para uma adolescência cruel, por volta dos 14 anos. Entretanto, eles se inserem no trabalho agrícola muito mais cedo, a partir dos 7 anos de idade, enquanto as meninas alternam serviço doméstico e trabalho agrícola. Assim, o trabalho revela-se um valor central na socialização destes indivíduos.

A especialização fornecida pelas usinas não vai abranger o grande contingente de trabalhadores desempregados, fazendo com que muitos deles migrem para outras regiões em busca de trabalho, o que traria a perpetuação da precariedade de vida deles, submetidos talvez a atividades ainda mais difíceis e que exigem enorme esforço físico.

Estas realidades diferentes, orientadas principalmente pela faixa etária dos trabalhadores, mostram as expectativas quanto a um futuro mecanizado, considerando que nenhuma delas possui o intuito de garantir uma melhora significativa na vida destes seres humanos. Enquanto isso, diferentes esferas da sociedade, que deveriam agir no sentido de proporcionar políticas compensatórias a esta população desfavorecida, parecem estar alheias ao problema do desemprego que se agrava mais a cada dia.

A mecanização do corte da cana-de-açúcar é extremamente importante para amenizar os impactos ambientais e as péssimas condições de trabalho no âmbito dos canaviais, mas não podemos nos esquecer de que existe uma parcela da população desempregada para que isso ocorra de forma positiva. Enquanto não houver políticas públicas compensatórias para este desemprego estrutural (e não há em número significativo) estes homens e mulheres ficarão à mercê de nossa sociedade capitalista, marginalizados por um sistema opressor e por uma sociedade individualista.

Desta forma, eles continuam sua luta diária por melhores condições de vida e trabalho, uma luta solitária, já que nem os trabalhadores e nem os sindicatos conseguem se organizar nesta busca tão importante por direitos iguais em um país regido pelas desigualdades sociais, onde o detentor do poder e dos meios de produção governam nossa sociedade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES,Francisco. Mecanização do Corte da Cana Crua e Políticas Públicas Compensatórias: indo direto ao ponto. In**: Pastoral do Migrante**, setembro 2008.

ALVES, Giovanni. O *Novo (e precário) Mundo do Trabalho.* Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, BOITEMPO, 2000.

ANDRADE, Flávio. *A formação do cidadão-trabalhador:* educação e cidadania no contexto do Novo Industrialismo. Campinas, Autores Associados, 2011.

BERNADELLI, Maria Lúcia F. H. Os papéis urbanos na região de Catanduva/SP: Relações entre a produção de moradia e o trabalho volante. **Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, Vol. VII, núm. 146, 2003.

_____. *Pequenas Cidades na Região de Catanduva – SP:* Papéis Urbanos, Reprodução Social e Produção de Moradias. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de pós-graduação em Geografia da Unesp, Presidente Prudente, 2004.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO. Ministério de Trabalho e Emprego – MTE (Brasil). *Um passaporte para o trabalho:* guia do cidadão produtivo. Brasília: MTE/SPPE, 2001.

CAMARGO, J. M. – *Relações de trabalho na agricultura paulista no período recente.* Tese de Doutorado apresentado ao Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2007.

_____ - *Tecnificação da cana-de-açúcar em São Paulo e sazonalidade da mão de obra*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia e Administração da USP, São Paulo, 1988.

_____ - A questão agrária nos governos Lula da Silva. In:_____. **Crise do Capitalismo**: questões internacionais e nacionais. Marília, Cultura Acadêmica, 2011.

_____ - A expansão da agroindústria sucroalcooleira em São Paulo e os seus efeitos sobre o emprego e o meio ambiente. In: _____**A (in)sustentabilidade do desenvolvimen**to. Marília, Cultura Acadêmica, 2011.

CLIFFE, L. Migração de trabalhadores e diferenciação camponesa. Londres, Frank Cass & Co. Ltd., v.5, nº. 3, 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* – notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. - *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.* São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. *De boias-frias a empregados rurais*. Alagoas: edUFAL, 1997.

_____ - *A Nova dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: Unicamp – Instituto de Economia, 1996.

GUILHON, M.V.M. A questão dos interesses na formulação das políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 1, n.1,1995.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia.* Uma introdução à Sociologia do Conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENEZES, Marilda Aparecida. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

NEVES, Lúcia. *Educação e política no Brasil de hoje*. São Paulo: Cortez, 1999.

NOVAES, J.R. e ALVES, F. - *Migrantes:* Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

PISCITELLI, Adriana. *Re-criando a categoria mulher.* Campinas: UNICAMP, 2001.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho docente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. In: **Estudos Avançados**, v.18, n.51, p.24 a 50, São Paulo, 2004

SCOPINHO, Rosemeire A. Controle Social do Trabalho no Setor Sucroalcooleiro: reflexões sobre o comportamento das empresas, do Estado e dos movimentos sociais organizados. In: **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol.7, p. 11-29, 2003.

_____. Novas Tecnologias e Saúde do Trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. In: **Cadernos de Saúde Pública**, artigo 147, Rio de Janeiro, 1999.

_____. A Modernização e Superexploração na Agroindústria Sucroalcooleira. In: SCOPINHO R.A.; VALLARELI, L. (Org.). **Modernização e Impactos Sociais: o caso da agroindústria sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto (SP)**. Rio de Janeiro, FASE/WAR, 1995.

_____. Qualidade total, saúde e trabalho: Uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas. In: **Revista de Administração Contemporânea**, v.4, n.1, 2000.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente*. São Paulo: Editora Gaia LTDA, 2002.

SIBIEN, J. M. *A trajetória de trabalhadores migrantes da cana-de-açúcar na região de Catanduva/SP*. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, para obtenção do título de bacharel em Sociologia, 2010.

SILVA, Maria A. Moraes. *Errantes do Fim do Século*. Araraquara: Editora Unesp, 1998.

_____. Condições de Trabalho nos Canaviais: O que mudou? In: **Pastoral do Migrante**, outubro de 2009.

_____. *Mortes dos "Severinos" nos Canaviais Paulistas*. Goiânia: América, 2006.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do "mar de cana e do rio de álcool. **Revista latinoamericana de estúdios del trabajo**, nº17, 2005.

_____. *A morte ronda os canaviais paulistas.* In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v.33, São Paulo, 2007.

SIMONETTI, Mirian C. L. Mudanças climáticas, agricultura e injustiça ambiental. In: **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento**. Marília: Cultura Acadêmica, 2011.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, n.16, 2006.

SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n.51, fevereiro de 2003.

THOMAZ JUNIOR, Antonio; Raul Borges GUIMARÃES; Antonio Cezar LEAL y Ailton LUCHIARI. Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). *Scripta Nova.* **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, nov. 2012, vol. XVI, nº 418, p.30.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais, os "nós" da cana:* a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: ANNABLUME, 2002.

WALTER, Carlos. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

WRAY, R. L. *Trabalho e moeda hoje:* a chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços. Rio de Janeiro: UFRJ/Contraponto, 2003.

ANEXOS

Anexo 1: Roteiro de entrevista direcionado aos cortadores de cana-de-açúcar da região de Catanduva/SP:

1. Idade.

2. Gênero.

3. Cidade de origem.

4. Há quanto tempo você trabalha no corte da cana-de-açúcar?

5. Há quanto tempo você trabalha neste ramo na região de Catanduva, estado de São Paulo?

6. O senhor (a) está ciente de que até 2014 toda esta área do estado deverá estar mecanizada, impossibilitando o corte da cana por parte dos trabalhadores?

7. Você pretende permanecer na cidade em que se encontra após a total mecanização da agricultura?

8. Os usineiros estão trabalhando no sentido de qualificar a mão de obra que ficará desempregada? Se sim, você já está incluído neste programa ou conhece alguém que esteja?

9. Quais as suas expectativas para o futuro, caso permaneça ou mude-se da região de Catanduva?

Anexo 2: Transcrição de notícia

Decisão proíbe usina de Nova Europa a pagar salário baseado em produção

Multa em caso de descumprimento é de R$ 1,5 mil mensais por cortador. Promotor entende que método submete trabalhadores a duras jornadas.

Uma decisão judicial inédita obriga a Usina Santa Fé, de Nova Europa (SP), a abolir o pagamento de salário aos trabalhadores rurais por tonelada de cana colhida. A multa em caso de descumprimento é de R$ 1,5 mil mensais por trabalhador. O departamento jurídico da usina informou que já recorreu da decisão.

A sentença, em primeira instância, é da Vara do Trabalho de Matão (SP). O juiz Renato da Fonseca Zanon julgou procedente a ação civil do Ministério Público do Trabalho em Araraquara (SP) proposta pelo procurador Rafael de Araújo Gomes.

O magistrado acatou os argumentos do procurador e concluiu que o salário por produção submete o trabalhador a duras jornadas para ter um rendimento razoável. Segundo o juiz, o trabalhador se vê obrigado a cortar toneladas de cana por dia, o que o compromete.

Na sentença de 112 páginas são apresentados estudos acadêmicos que mostram o esforço realizado pelos cortadores em um único dia de trabalho. De acordo com o texto, eles desferem uma média de 100 mil golpes de facão, realizam 36 mil flexões.

"O cortador suporta um, dois anos e trabalhando nessa intensidade de produtividade muito grande ele se esgota e não tem mais energia", avaliou o procurador

Para o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), Élio Neves, a decisão corrige uma injustiça.

"Esta postura de eliminar o pagamento e o trabalho por produção precisa ser levada também, além da cana, para o setor da laranja, eucalipto, café, porque hoje boa parte da competitividade do agronegócio brasileiro se conquista no mercado internacional, o que precariza ainda mais as condições de trabalho".

O departamento jurídico da Usina Santa fé informou por telefone que já recorreu da decisão. Já o diretor da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar, Sérgio Prado, disse que a

entidade não comenta decisões específicas de uma única empresa sem que a decisão seja em última instância.